



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Raça e representação: Uma análise dos dados e questões referentes às candidaturas pretas e pardas eleitas pelos partidos MDB, PSL e PT na 56^a Legislatura.

Mateus de Souza Aquino

Brasília - DF

2022



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Raça e representação: Uma análise dos dados e questões referentes às
candidaturas pretas e pardas eleitas pelos partidos MDB, PSL e PT na 56^a
Legislatura.**

Mateus de Souza Aquino

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob a
orientação do professor Carlos Mello Machado

Brasília - DF

2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família.

À minha avó, que me ofereceu sabedoria, moradia e a melhor qualidade de vida durante toda a minha graduação.

À minha mãe, que proveu financeiramente para que eu pudesse me dedicar ao meus estudos e aproveitar ao máximo a vida universitária.

Ao meu pai, que, desde minha infância, financiou minha educação e, assim, possibilitou que eu alcançasse a Universidade de Brasília.

A contribuição de vocês foi imensurável tanto para a minha jornada dentro da Universidade quanto para a minha vida em geral. Os meus mais sinceros agradecimentos.

Às minhas amigas, sempre presentes, que me propiciaram momentos de descontração e acolhimento quando tudo ficou difícil.

Aos professores da UnB que me ensinaram sobre a descolonização do saber e sobre a importância da busca de conhecimentos condizentes com a minha realidade.

À Universidade de Brasília, que me foi lar durante tantos anos da minha vida. O tempo que passei aqui foi fundamental para que eu me tornasse a pessoa que eu sou hoje.

Serei eternamente grato pela contribuição de todos vocês.

RESUMO

O que afasta pretos e pardos da representação política? O trabalho de Campos e Machado (2017) joga luz sobre uma temática ainda pouco explorada entre pesquisadores brasileiros. A partir dos pressupostos alavancados pelos autores, o objetivo deste trabalho é o de testar as hipóteses levantadas pelos autores no que tange os principais fatores responsabilizados por manter a população negra subrepresentada na Câmara do Deputados. Será realizada a observação e, posteriormente, uma análise dos dados referentes às candidaturas pretas e pardas eleitas pelos partidos MDB, PSL e PT. Com isso, será possível argumentar quais foram os principais fatores que possibilitaram o êxito eleitoral dessa candidaturas e, dessa forma, compreender quais são os requisitos para o ingresso da população negra no Legislativo.

PALAVRAS-CHAVE: pretos e pardos; negros; raça; subrepresentação; recursos de campanha

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1. Distribuição de recursos referentes ao MDB. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	14
Gráfico 2. Distribuição de recursos referentes ao PT. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	15
Gráfico 3. Distribuição de recursos referentes ao PSL. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	16
Gráfico 4. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do MDB. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	19
Gráfico 5. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do PT. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	21
Gráfico 6. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do PSL. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	24
Gráfico 7. Origem de classe das candidaturas de cada partido (declarada pelas candidaturas). Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	26
Gráfico 8. Real origem de classe das candidaturas de cada partido. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	27
Gráfico 9. Grau de instrução das referidas candidaturas de cada partido. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	32
Gráfico 10. Intersecção gênero x raça em cada um dos partidos. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados referentes às Eleições Gerais de 2018. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	10
Tabela 2. Origem de classe das candidaturas do MDB. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	28
Tabela 3. Origem de classe das candidaturas do PT. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	29
Tabela 4. Origem de classe das candidaturas do PSL. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	30
Tabela 5. Percentuais sobre grau de instrução e origem de classe das candidaturas. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)	33

SIGLAS E ABREVIATURAS

CONAPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanha

FIPIR – Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial

FONACATE – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado

FP – Fundo Partidário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partidos dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINAPIR – Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

Introdução.....	9
1. Fundo Eleitoral (FEFC) e Fundo Partidário (FP).....	12
1.1. MDB	13
1.2. PT	15
1.3. PSL.....	16
2. Distribuição dos recursos às candidaturas pretas e pardas	17
2.1. MDB	18
2.2. PT.....	20
2.3. PSL.....	23
3. Perfil Social	25
3.1. Origem de Classe.....	26
3.1.1. MDB	27
3.1.2 PT.....	28
3.1.3. PSL.....	30
3.2. Grau de instrução	31
4. Raça, autoidentificação e heteroidentificação.....	34
5. Considerações finais	38
Referências bibliográficas.....	41
ANEXO A	43
ANEXO B	44
ANEXO C.....	46
APÊNDICE A.....	51

Introdução

De acordo com Campos e Machado (2017), a sub-representação e a desigualdade eleitoral da população negra no Brasil não são fruto de um único fator apenas, como, por exemplo, as desigualdades socioeconômicas históricas que mantiveram parte considerável dessa população nas classes mais baixas. O que a literatura especializada indica é que, na verdade, uma combinação de fatores são responsáveis por dificultar o acesso à esfera política e, quando acessada, a ascensão dentro dessa esfera.

Dentre inúmeras variáveis e suas possíveis combinações, os autores destacaram quatro principais hipóteses explicativas para a sub-representação de pretos e pardos no cenário político brasileiro:

1. Como dito anteriormente, a sub-representação desses grupos estaria diretamente associada às desigualdades socioeconômicas que, por sua vez, manteriam-nos alheios à vida política e, dessa forma, reduziria consideravelmente a oferta de candidatos não-brancos nas eleições;
2. A segunda hipótese trabalha com a ideia de que, na verdade, não é o alheamento político que os mantem excluídos da esfera política, mas sim a disparidade de recursos sociais eleitoralmente valiosos, como nível de escolaridade, entre brancos e não-brancos;
3. Em seguida, temos a hipótese da sub-representação de pretos e pardos como consequência da distribuição enviesada dos recursos de campanha, em específico, do Fundo Eleitoral de Financiamento de Campanha (FEFC);
4. Por fim, a hipótese de que pretos e pardos seguem sub-representados devido à dificuldade de acesso aos partidos de maior expressão eleitoral. Em outras palavras, apenas partidos pequenos e inexpressivos estariam abertos à esse contingente.

A partir desta breve introdução teórica, podemos partir para o objeto de pesquisa específico e para os escopos de análise deste trabalho. Tratando-se do tema da sub-representação de pretos e pardos na Câmara dos Deputados, utilizarei-me dos dados referentes aos resultados eleitorais nas Eleições Federais de 2018. A Tabela 1 demonstra como, apesar do considerável percentual de candidaturas pretas e pardas (46,01%), existe uma enorme defasagem entre o número de candidaturas e o número efetivo de eleitos desses contingentes. Logo, os dados corroboram a noção de que não é sobre uma baixa oferta de candidatos, mas sim, sobre um filtro restritivo presente no processo de conversão de candidatos em parlamentares eleitos (Campos e Machado, 2017, p. 127).

Tabela 1. Dados referentes às Eleições Gerais de 2018.

2018	Candidaturas	%	Eleitos	%
Branços	13.802	52,94	1.262	72,03
Pardos	9.174	35,19	411	23,46
Pretos	2.822	10,82	75	4,28
Amarelos	150	0,58	3	0,17
Indígenas	122	0,47	1	0,06
Total	26.071	100	1.752	100

Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)

Dessa forma, a partir desta primeira observação, descarta-se a primeira hipótese como instrumento de análise para este trabalho. Seguiremos com as demais três no sentido de buscar compreender os motivos para o sucesso eleitoral de candidatos pretos e pardos nas Eleições Federais de 2018 a partir dos pressupostos de cada uma das hipóteses. Em outras palavras:

1. Observar os recursos de campanha distribuídos a esses indivíduos – em especial, do FEFC – e o impacto que tais recursos tiveram em seu êxito eleitoral;
2. A partir da observação do perfil social, analisar quais foram os recursos sociais eleitoralmente valiosos que tornaram suas candidaturas competitivas e atraentes aos partidos;
3. Avaliar se o tamanho e a expressividade dos partidos afetou positivamente as candidaturas desses indivíduos.

Entretanto, devido à impossibilidade temporal de realizar uma análise pormenorizada referente à todas as candidaturas pretas e pardas eleitas de todos os partidos para todos os cargos, optei por selecionar os candidatos pretos e pardos eleitos para o cargo de deputado federal pelos partidos MDB, PSL e PT. A razão pela escolha desses partidos se deu pelos seguintes motivos:

- a. De acordo com Campos (2015, apud Campos e Machado, 2017, p. 137), os três partidos podem ser classificados enquanto partidos competitivos e de grande expressão, o que, por sua vez, permite a observação prática da quarta hipótese. Os parâmetros para assim considerá-los são:
 - *Número de filiados declarados de cada partido;*
 - *A bancada conquistada por cada um deles na Câmara dos Deputados Federais;*
 - *A votação obtida nas eleições de 2018.*

1. A partir dos dados disponibilizados pelo TSE referentes ao mês de fevereiro de 2022¹, MDB e PT são os partidos com o maior número de filiados declarados, com 2.127.903 e 1.606.892, respectivamente. O PSL, por sua vez, conta com um contingente de apenas 74.685 filiados declarados;

2. PT e PSL foram os partidos que elegeram as maiores bancadas nas eleições de 2018, com 54 e 52 parlamentares eleitos, respectivamente. O MDB, apesar de ter perdido muitas cadeiras quando comparado à 2014, elegeu a 5ª maior bancada, com 34 parlamentares eleitos;

3. O PSL foi o partido que mais recebeu votos nas eleições de 2018, com um total de 11.640.033 votos, um aumento de 1341% em relação a 2014. Em seguida, o PT, com 10.126.611 votos, um decréscimo de 25% em relação a 2014. Por fim, o MDB recebeu 5.439.167 votos, um decréscimo de 50% em relação a 2014.

b. Cada um dos partidos representa uma região do espectro ideológico-partidário: o PT, da centro-esquerda à esquerda; o MDB, o centro; e o PSL, a extrema-direita. Dessa forma, será possível observar as estratégias tomadas por esses partidos para a superação (ou não) da sub-representação de pretos e pardos dentro de suas estruturas partidárias e constatar se há alguma diferença substancial no trato da questão ao se atravessar as tradicionais linhas ideológica-partidárias.

Por fim, gostaria de dedicar uma sessão deste trabalho para uma análise sociológica das questões que serão alavancadas a partir da observação dos dados, em especial, questões referentes à categoria ‘pardo’. Os trabalhos de Campos (2013), Daflon (2017) e Silva e Leão (2012) serão utilizados para embasar o debate as questões referentes ao ‘pardo’ e como tais questões impactam os resultados encontrados a partir da observação da distribuição de recursos, origem de classe e grau de instrução das referidas candidaturas. Se levarmos em consideração que pardos são parte componente da categoria ‘negro’ – como proposto e instaurado pelo Estatuto da Igualdade Racial de 2010 – a observação das fotos de urnas das 36 candidaturas encontradas no Anexo C nos obriga a debater sobre questões como a do embranquecimento do pardo e, principalmente, do empardecimento do branco.

¹ Em 8 de fevereiro de 2022, o PSL se fundiu com o Democratas para formar o União Brasil, deixando de existir como partido único e, dessa forma, impossibilitando a filiação.

1. Fundo Eleitoral (FEFC) e Fundo Partidário (FP)

Antes de entrarmos na observação detalhada da distribuição dos recursos, é necessário salientar algumas diferenças fundamentais entre o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário. Ambos os fundos podem ser utilizados para financiar a campanha de candidatos, porém um deles foi criado com esse objetivo específico.

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2015, de proibir as doações de pessoas jurídicas destinadas às campanhas eleitorais, foi-se criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha, mais conhecido como Fundo Eleitoral (FEFC). Sua criação se deu a partir das Leis nº 13.487 e 13.488, aprovadas pelo Congresso Nacional em 2017. Com a proibição de doações de pessoas jurídicas, o Fundo Eleitoral tornou-se uma das principais fontes de recursos para a realização das campanhas e, conseqüentemente, a obtenção de recursos desse fundo passou a aumentar consideravelmente as chances de êxito eleitoral das candidaturas (TSE, 2020).

Já o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, popularmente conhecido como Fundo Partidário (FP), é um instrumento mais antigo, tendo sido instituído em 1995. Até a criação do Fundo Eleitoral, o Fundo Partidário era, praticamente, a única fonte de recurso público dividida entre os partidos políticos, o que, por sua vez, o tornava em um instrumento de suma importância para o financiamento de campanha. Entretanto, após a instauração de um fundo com esse objetivo específico, o Fundo Partidário passou a ser mais utilizado para não custear atividades rotineiras dos partidos, como o pagamento de passagens aéreas e contas de água e luz (TSE, 2020). Como veremos mais adiante, ainda existem despesas de campanhas que são pagas com recursos do Fundo Partidário, mas, através da observação dos casos, podemos concluir que são despesas mais pontuais e, muitas vezes, repentinas.

A partir desta distinção, podemos passar o foco para dois documentos fundamentais para a compreensão da distribuição de recursos desses fundos aos partidos, sendo eles a **Resolução nº 23.581/2018**, referente ao Fundo Eleitoral, e a **Dotação Orçamentária da Distribuição do Fundo Partidário de 2018**, referente ao Fundo Partidário, ambos situados na seção de Anexos deste trabalho. Entretanto, antes de adentrá-los, eis as seguintes observações:

- a. Os valores encontrados em ambos os documentos são referentes aos valores totais repassados aos **partidos**. O repasse feito dos partidos aos candidatos se encontra na próxima seção deste trabalho;

- b. Em relação aos três partidos (MDB, PSL e PT), existem discrepâncias referentes aos valores repassados pelo TSE aos partidos de acordo com a Resolução nº 23.581/2018 e o valor da entrada de recursos apresentado nas estatísticas eleitorais de 2018. As discrepâncias são ainda mais significativas quando observamos as diferenças entre valores referentes ao Fundo Partidário, o que, por sua vez, leva à constatação de que apenas uma parte ínfima desse fundo é utilizada em campanhas eleitorais. Abordaremos tais discrepâncias mais adiante;
- c. Para além disso, é de suma importância apontar a distinção entre **entrada de recursos** e **transferências entre prestadores**. A entrada de recursos é equivalente aos valores recebidos pelas Resolução 23.581/2018 e Dotação Orçamentária de 2018. Já as transferências entre prestadores, de acordo com o TSE, podem ser descritas como:

(...) a soma das receitas declaradas como "recursos de outros candidatos" ou "recursos de partido político", excluindo o registro de receitas de Fundo Partidário ou Fundo Especial de financiamento de campanha em que o CNPJ do doador é igual ao CNPJ do prestador de contas. Esse tipo de registro identifica o aporte de Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha pelos diretórios partidários. (TSE, 2022)

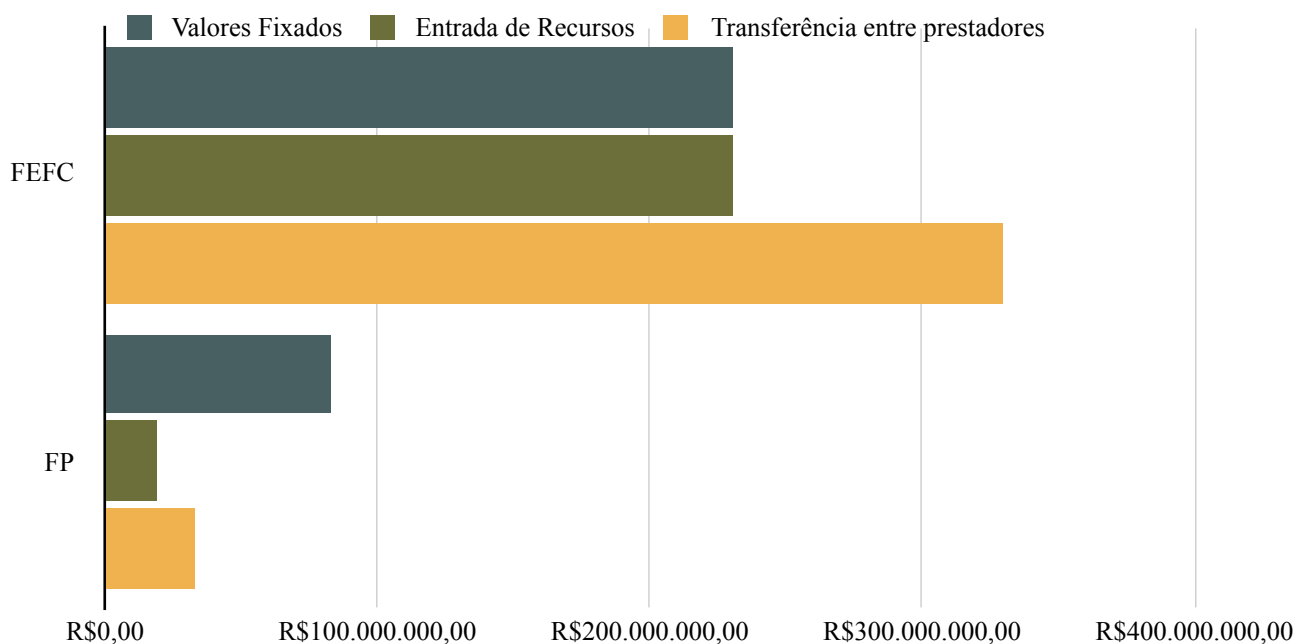
Dessa forma, ao referir-me ao termo **valores fixados**, estarei aludindo aos valores referentes à Resolução 23.581/2018 e à Dotação Orçamentária de 2018. Por outro lado, quando referir-me ao termo **valores reais**, estarei tratando tanto da entrada de recursos quanto daqueles recursos oriundos das transferências entre prestadores, que, por sua vez, representam o montante total de recursos provenientes dos Fundos Eleitoral e Partidário utilizados durante o referido período eleitoral.

1.1. MDB

Para as eleições de 2018, o MDB foi o partido que mais recebeu recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. De acordo com a Resolução nº 23.581/2018, o valor repassado ao partido foi de R\$ 230.974.290,08. Esse valor correspondeu a 13,45% do total do FEFC, que, no ano de 2018, foi de R\$ 1.716.209.431,00 (um bilhão, setecentos e dezesseis milhões, duzentos e nove mil e quatrocentos e trinta e um reais).

Tratando-se do repasse do Fundo Partidário, o MDB foi o segundo maior beneficiário: recebeu R\$ 83.292.843,56. O valor correspondeu à 10,67% do total do fundo, que foi de R\$ 780.357.505,03 (setecentos e oitenta milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinco reais e três centavos) em 2018. Utilizaremos do Gráfico 1 para abordar as discrepâncias entre valores reais e valores fixados, assim como para fazer algumas observações.

Gráfico 1. Distribuição de recursos referentes ao MDB. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022)



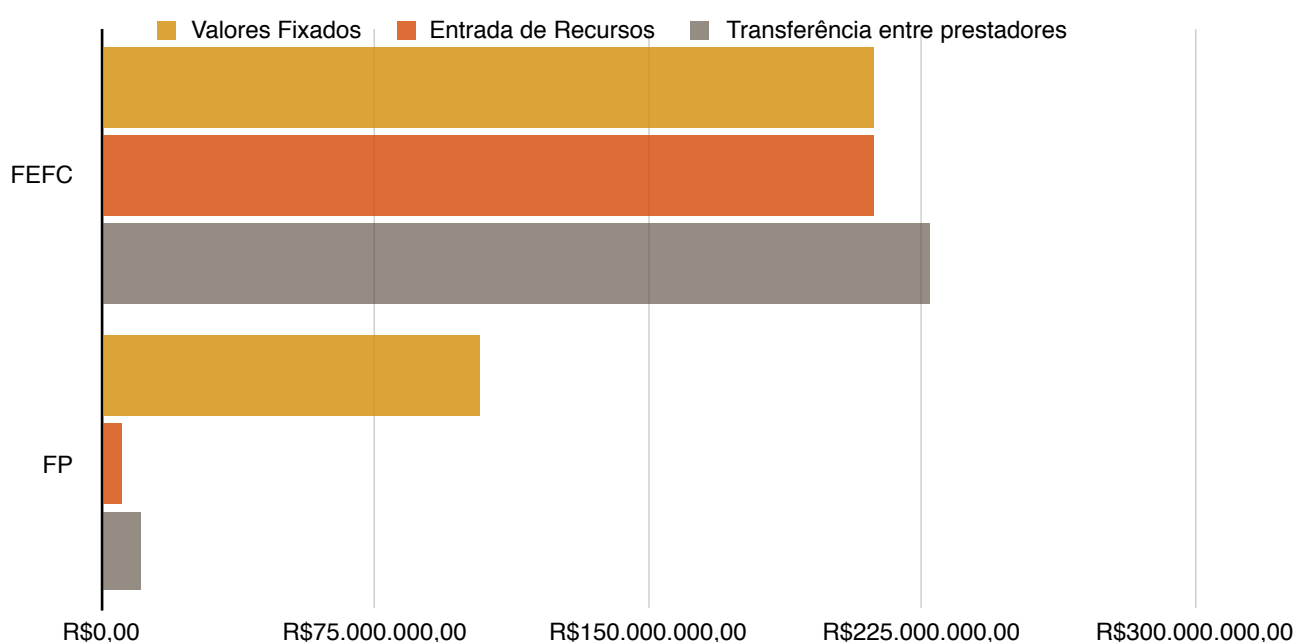
De acordo com as estatísticas eleitorais disponibilizadas pelo TSE, o valor real referente à entrada de recursos do FEFC repassado ao MDB foi de, na verdade, R\$ 231.009.840,79. Isso significa que o partido recebeu R\$ 35.550,71 a mais do que o valor fixado, quantia que representa um aumento de **0,015%**. Para além disso, fica nítida a importância dos recursos oriundos das transferências entre prestadores no processo de financiamento de campanha. No caso do MDB, a quantia proveniente desses repasses foi de R\$ 329.590.244,95, aproximadamente 100 milhões de reais a mais do que a entrada de recursos. Considerando os valores reais enquanto a soma da entrada de recursos às transferências entre prestadores, vemos que o montante total de recursos oriundos do FEFC utilizados pelo MDB para financiamento de campanha foi de R\$ 560.600.085,74.

No que diz respeito ao Fundo Partidário, fica evidente que este fundo não tem a mesma relevância que o Fundo Eleitoral no processo de financiamento de campanha. Dos R\$ 83.292.843,56 recebidos do FP, apenas R\$ 18.912.256,17 (22,70%) foram utilizados no financiamento de candidaturas. Os recursos oriundos das transferências entre prestadores, assim como em relação ao FEFC, também foram superiores: foram R\$ 32.674.424,16 que, quando somados à quantia da entrada de recursos, totalizaram R\$ 51.586.680,33 oriundos do FP utilizados pelo MDB no processo de financiamento de campanhas em 2018.

1.2. PT

Segundo a Resolução nº 23.581/2018, o PT foi o segundo maior beneficiário dos recursos provenientes do Fundo Eleitoral no referido período eleitoral: foram R\$ R\$ 212.244.045,51 repassados ao partido, valor que representou 12,36% do total do fundo. Em relação aos recursos do Fundo Partidário, foi a legenda que mais recebeu recursos deste fundo. Na Dotação Orçamentária de Distribuição do Fundo Partidário de 2018 podemos ver que o valor repassado ao partido foi de R\$ 103.663.942,64, quantia que correspondeu à 13,38% do total do fundo.

Gráfico 2. Distribuição de recursos referentes ao PT. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



À primeira vista, o Gráfico 2 apresenta um padrão semelhante àquele referente ao MDB, porém com algumas diferenças de proporção. De acordo com as estatísticas eleitorais disponibilizadas pelo TSE, o valor real da entrada de recursos do FEFC repassado ao partido foi de R\$ 212.289.839,93, um acréscimo de R\$ 45.794,42 que representou **0,021%** a mais do que o valor fixado.

Assim como no caso anterior, os recursos oriundos das transferências entre prestadores exerceram um papel essencial no processo de financiamento das candidaturas, porém em menor proporção quando comparado ao MDB. A quantia proveniente desses repasses foi de R\$ 227.799.522,80, aproximadamente 15 milhões de reais a mais do que a entrada de recursos. Dessa forma, os valores reais, ou seja, a soma da entrada de recursos às transferências entre prestadores,

totalizaram R\$ 440.089.362,73, que foi o montante total de recurso oriundos do Fundo Eleitoral utilizados pelo PT em 2018.

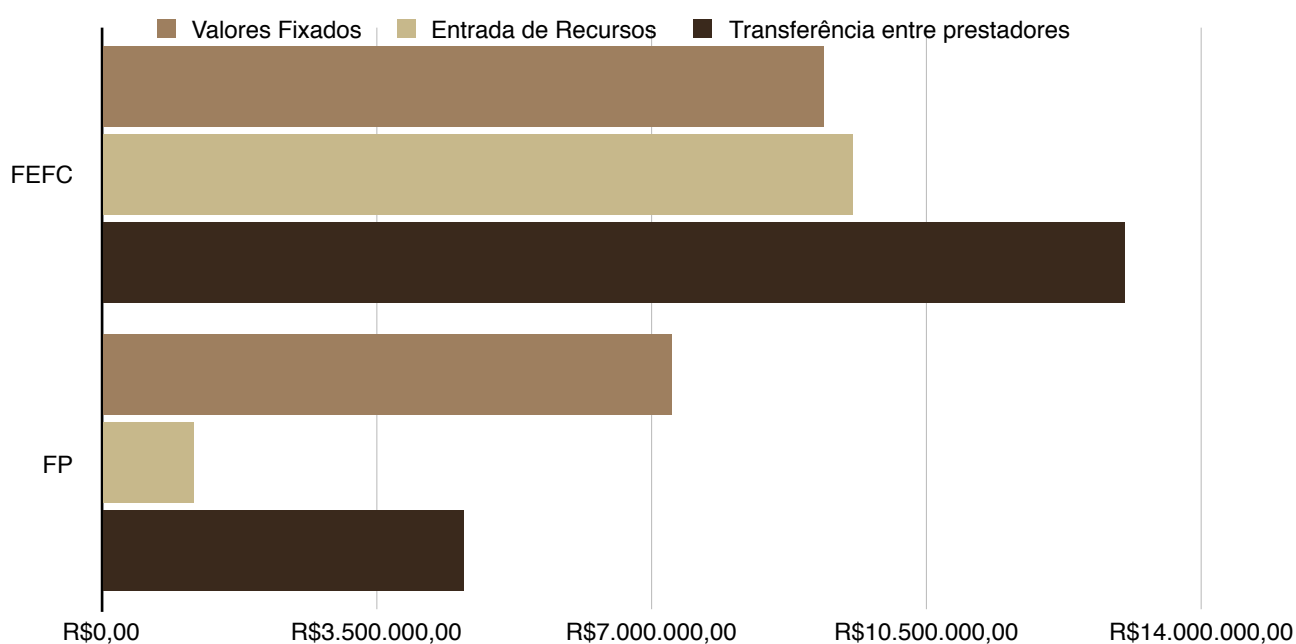
No caso do PT, os recursos oriundos do Fundo Partidário utilizados no referido período eleitoral foram ainda menos centrais. Dos R\$ 103.663.942,64 recebidos pelo partido, apenas R\$ 5.652.720,87 (5,45%) foram utilizados para o financiamento das candidaturas. A quantia dos repasses das transferências entre prestadores foi de R\$ 10.478.571,11, que, quando somados à entrada de recursos, totalizaram R\$ 16.131.291,98 oriundos do FP utilizados para o financiamento de campanha de seus candidatos.

Cabe salientar que, do valor total recebido do Fundo Partidário, o PT teve R\$ 1.744.486,29 recolhido ao Tesouro Nacional. Dos três partidos analisados neste trabalho, foi o único que teve qualquer quantia retornada à União.

1.3. PSL

Se considerarmos como verdadeira a correlação entre maior quantidade de recursos recebidos do FEFC e do FP e maiores chances de êxito eleitoral, o PSL foi, nesse contexto, a definição de outlier. Como dito anteriormente, o partido pode ser considerado enquanto um partido grande e expressivo a partir dos parâmetros propostos por Campos (2015). Entretanto, isso só é verdade ao analisarmos os **resultados** do processo eleitoral de 2018. Os dados sobre distribuição de recursos ao

Gráfico 3. Distribuição de recursos referentes ao PSL. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



partido demonstram que, previamente ao extraordinário êxito eleitoral nas eleições de 2018, o PSL era, na verdade, um partido pequeno e consideravelmente inexpressivo.

Conforme explicitado na Resolução nº 23.581/2018, o valor do Fundo Eleitoral repassado ao partido foi de apenas R\$ 9.203.060,51, o que representou 0,53% do total do fundo naquele ano. Podemos constatar sem maiores problemas que esse valor é ínfimo quando comparado aos outros dois partidos analisados neste trabalho, que ultrapassaram a casa dos 200 milhões de reais. O mesmo é verdade ao consultarmos os dados referentes ao repasse proveniente do Fundo Partidário: a legenda recebeu R\$ 7.272.924,90, valor que correspondeu à 0,93% do FP. O Gráfico 3, apesar de apresentar semelhanças com os outros dois anteriores, nos permite destacar algumas características específicas da distribuição de recursos ao PSL.

Em primeiro lugar, o gráfico é o único em que se fica visível a diferença entre o valor fixado do FEFC e o real valor recebido pelo partido. O PSL foi o partido com o maior discrepância: recebeu R\$ 353.776,92 a mais, um aumento de **3,84%** em relação ao valor fixado da Resolução nº 23.581/2018. Segundo, assim como em ambos MDB e PT, a quantia proveniente das transferências entre prestadores foi de suma importância no processo de financiamento de candidaturas: foram R\$ 13.032.386,02 oriundos deste canal. Dessa forma, os valores reais dos recursos utilizados no financiamento de campanha de seus candidatos oriundos do FEFC totalizaram R\$ 22.589.223,45

Por fim, tratando-se dos recursos vindos do FP, percebemos o mesmo padrão de diminuta utilização de recursos desse fundo no processo de financiamento de campanhas. Dos R\$ 7.272.924,90 recebidos pelo partido, apenas R\$ 1.181.188,81 (16,24%) foram utilizados para esse fim. A quantia proveniente das transferências entre prestadores foi de R\$ 4.596.730,91, fazendo com que o total de recursos vindo do FP utilizados no financiamento de candidaturas totalizasse R\$ 5.777.919,72.

Cabe destacar rapidamente que, dos três partidos, o PSL foi o único em que os valores fixados do FEFC e do FP se aproximaram consideravelmente, havendo uma diferença de apenas R\$ 1.930.135,61 entre eles. Esse é apenas um dos aspectos que exemplificam o caráter *sui generis* do PSL durante o referido processo eleitoral, que continuará a ser abordado na próxima seção deste trabalho.

2. Distribuição dos recursos às candidaturas pretas e pardas

Como visto anteriormente, os dados sobre a distribuição de recursos feita aos partidos são de suma importância para a compreensão das possibilidades de alcance e êxito eleitoral das legendas.

A partir da observação desses dados, podemos partir para um segundo escopo de análise que, para este trabalho, tem uma maior centralidade. Dos montantes totais repassados aos partidos em questão, observaremos as quantias repassadas às candidaturas pretas e pardas exitosas de cada partido, além de também observar as quantias provenientes de outras fontes, como, por exemplo, recursos próprios e doações de pessoas físicas.

É de certo que existem outros recursos eleitoralmente valiosos para além das receitas obtidas, mas, devido a alta correlação entre numerários e votos recebidos, o objetivo aqui é buscar compreender qual foi o impacto dos recursos de campanha – principalmente do FEFC – para o êxito eleitoral das referidas candidaturas. (Campos e Machado, 2017, p. 135). Para além disso, destacaremos algumas discrepâncias entre valores disponibilizados em documentos oficiais dos partidos e àqueles realmente repassados aos candidatos, disponibilizados na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Por fim, apesar de escassas, destacaremos algumas situações particulares que não podem ser enquadradas enquanto discrepâncias, mas, sim, enquanto erros.

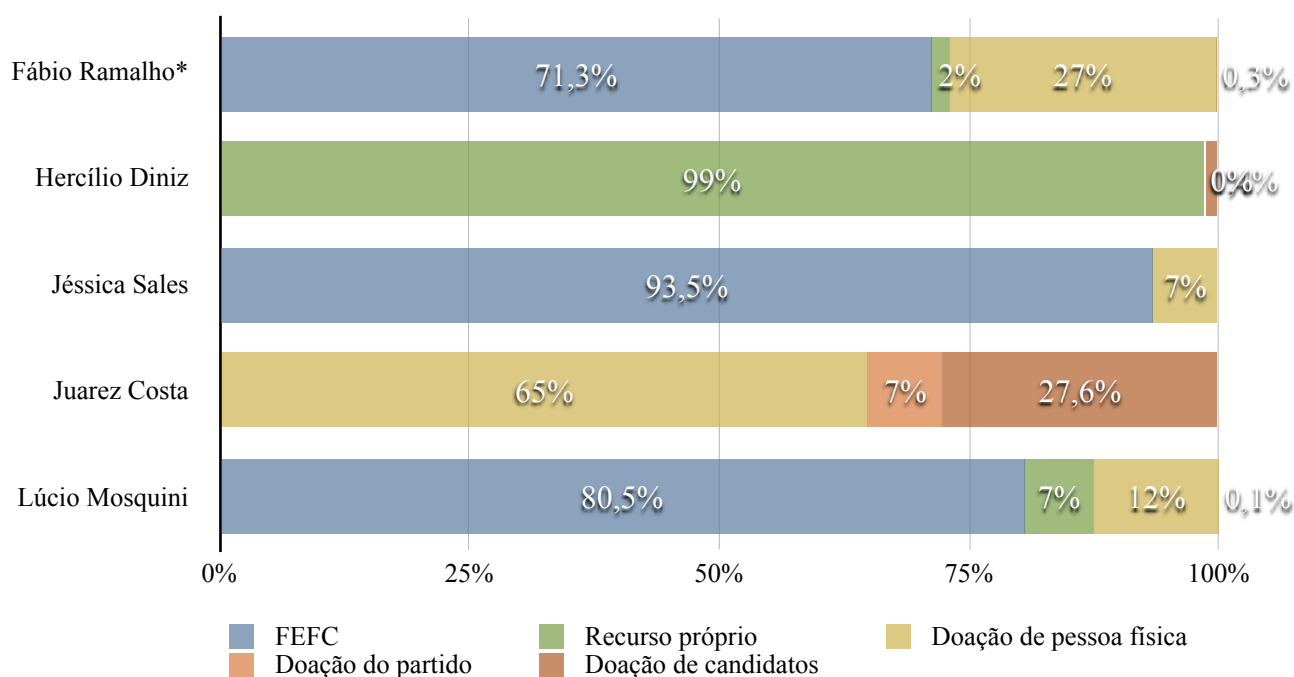
Antes de adentrarmos na observação dos dados referentes aos partidos, cabe fazer as seguintes observações:

- a. Na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, os campos **Doações do Partido**, **Doações de Candidatos** e **Recursos oriundos do Fundo Eleitoral** muitas vezes se sobrepõe, ou seja, as quantias doadas pelos partidos e pelos candidatos correspondem à quantia de recursos proveniente do FEFC. Dessa forma, no campos **Doações do Partido** e **Doações de Candidatos**, estarão somente aquelas quantias que não se sobrepõe nem correspondem os recursos vindos do Fundo Eleitoral;
- b. As categorias **Fundo Partidário (FP)** e **Financiamento Coletivo** serão agregadas aos gráficos quando forem significativamente pertinentes no que diz respeito aos recursos utilizados para o financiamento de campanha;
- c. Levando em consideração a melhor disposição do trabalho, as tabelas detalhadas sobre os recursos utilizados para o financiamento de campanha se encontrarão ao final deste trabalho, no Apêndice A.

2.1. MDB

Quando comparado aos outros dois partidos observados neste trabalho, o MDB foi o que teve o menor percentual de candidatos pretos e pardos eleitos: apenas cinco de uma bancada de 34 parlamentares, ou seja, **14,70%**. Desses cinco, apenas três obtiveram recursos do FEFC para o

Gráfico 4. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do MDB. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



financiamento de suas campanhas. No Gráfico 4, podemos observar uma tendência que, como veremos adiante, se repete em relação às três legendas: quando os candidatos recebem recursos do Fundo Eleitoral, esses recursos tendem a representar parte considerável do montante total dos recursos utilizados no financiamento de suas campanhas – na maioria dos casos, ultrapassando a casa dos 80%.

A partir desta observação, podemos passar o foco para as candidaturas em si, começando com o parlamentar Fábio Ramalho. De acordo com o **demonstrativo de transferências de recursos a partidos e candidatos do MDB**, o valor do FEFC repassado ao candidato foi de R\$ 1.500.000,00. Entretanto, na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, vimos que o valor foi de, na verdade, R\$ 1.501.706,69. Apesar da diferença ser ínfima, é do interesse deste trabalho destacar quaisquer discrepâncias entre documentos oficiais e valores reais, especialmente quando não for possível constatar de onde vieram os recursos adicionais, como é o caso. De qualquer forma, a quantia representou 71,28% do montante total de recursos de campanha e certamente teve um papel central em seu êxito eleitoral.

Em seguida, temos o deputado Hercílio Diniz. Ao todo, serão analisados 36 parlamentares ao decorrer deste trabalho, dos quais apenas três obtiveram parte considerável de seus recursos de campanha provenientes de seus recursos próprios. Hercílio foi um desses três, contribuindo com a quantia de R\$ 1.982.000,00, o que representou 98,5% dos seus recursos de campanha. Este caso é

um bom exemplo de como os partidos, principalmente os de grande expressão, tem interesse em indivíduos de classe muito alta, como grandes empresários, que possuem recursos eleitoralmente valiosos disponíveis para sustentar suas próprias campanhas (Campos e Machado, 2017, p. 138).

Dando continuidade, temos a deputada Jéssica Sales, que recebeu a quantia de R\$ 2.251.500,00 do FEFC. Dessa quantia, R\$ 251.500,00 vieram de sua mãe, Antonia Sales, o que demonstra a utilização e a importância das transferências entre prestadores no processo de financiamento de campanha. Vale notar que, de todas as candidaturas observadas neste trabalho, essa foi a que mais recebeu recursos do Fundo Eleitoral, com aproximadamente R\$ 700.000,00 a mais do que a segunda colocada. De acordo com a página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, consta que 100% de sua receita foi originária do FEFC, mas, como podemos ver no Gráfico 4, cerca de 7% vieram de Doação de Pessoa Física. Isso nos leva a intuir que houve algum erro na divulgação dos dados, visto que não há nenhuma discrepância entre valores fixados e valores reais.

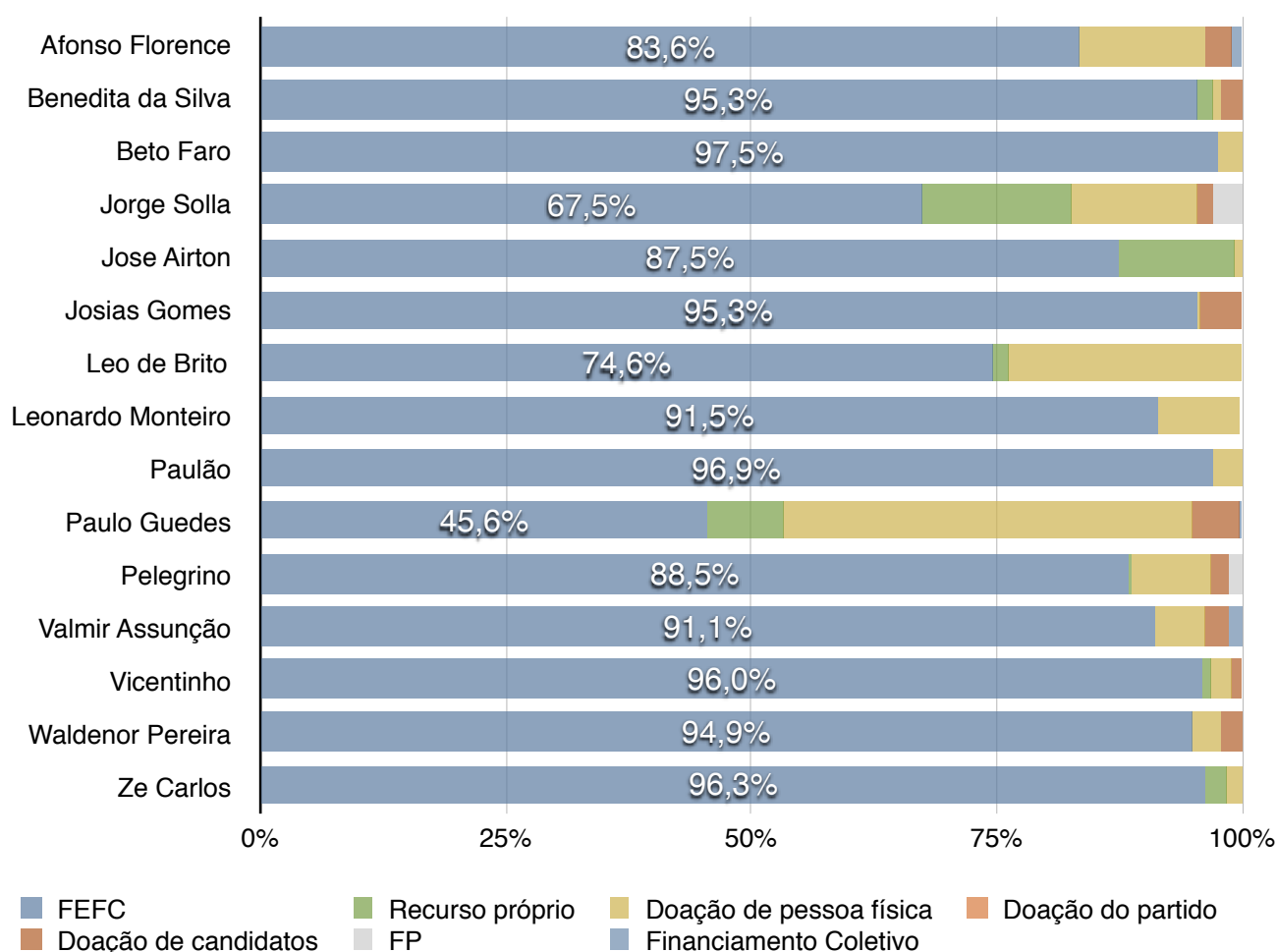
A candidatura do parlamentar Juarez Costa se destaca por dois motivos: primeiro, por ter sido a candidatura menos custosa dentre as cinco, custando R\$ 401.288,00, o que nos leva a intuir que o candidato possuía outros recursos eleitoralmente valiosos disponíveis; segundo, por ser possivelmente a única dentre as cinco candidaturas que teria a sua autoidentificação racial validada por uma banca heteroidentificadora, considerando que o pardo está num local de proximidade semântica ao preto e que compõe o grupo dos negros, em contraposição à noção de pardo como termo neutro e descritivo da cor (Campos 2013; Carneiro 2016; Daflon 2017). Esse segundo ponto será melhor discutido mais a frente.

Por fim, temos o deputado Lucio Mosquini, que recebeu a quantia de R\$ 1.500.000,00 do Fundo Eleitoral, valor que representou 80,47% do total de seus recursos de campanha. No Anexo A, podemos ver a foto de urna do parlamentar, o que, por sua vez, levanta o questionamento sobre a abrangência e alcance da categoria pardo, visto que o deputado não se enquadraria nem enquanto pardo como termo descritivo da cor. Contudo, como dito anteriormente, esse ponto será discutido mais a frente em uma sessão específica dedicada à essas questões.

2.2. PT

Dentre as três legendas, o PT foi a segunda que mais elegeu candidatos pretos e pardos: 15 dos 56 parlamentares eleitos, ou seja, **26,78%**. O Gráfico 5 deixa nítido que existe uma forte correlação entre recebimento de recursos do Fundo Eleitoral e êxito eleitoral dessas campanhas.

Gráfico 5. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do PT. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



Do montante total de recursos de campanha das referidas candidaturas, podemos ver que os candidatos tiveram, em média, 86,6% de sua receita total proveniente do FEFC, uma característica bastante sui generis do PT em relação ao repasse de recursos do Fundo Eleitoral às candidaturas quando comparado ao MDB e ao PSL.

No que diz respeito às discrepâncias e erros de divulgação dos dados, o PT foi o partido com o menor destaque: não houve nenhuma diferença entre os valores fixados, encontrados no demonstrativo de transferências de recursos a partidos e candidatos, e os valores reais disponibilizados na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Dessa forma, não será feita uma análise pormenorizada de cada uma das 15 candidaturas em questão, devido as consideráveis semelhanças entre elas. Ao invés disso, observaremos-nas em blocos e abordaremos as especificidades significativamente relevantes de serem destacadas.

Dito isso, começaremos pelo bloco dos candidatos eleitos no estado da Bahia. A lista é composta por seis dos 15 parlamentares, ou seja, 40% das candidaturas pretas e pardas eleitas pelo PT, sendo eles Afonso Florence, Jorge Solla, Josias Gomes, Pelegrino, Valmir Assunção e

Waldenor Pereira. Com excessão de Jorge Solla, que recebeu R\$ 793.604,00, todos os candidatos receberam um repasse de R\$ 900.000,00 do Fundo Eleitoral e, quando somados todos os recursos de campanha, vemos que o financiamento de suas campanhas custou aproximadamente R\$ 1.000.000,00. A partir disso podemos constatar que, para essas candidaturas, houve uma dependência muito maior dos recursos do FEFC do que de outras fontes, como recursos próprios e doações de pessoas físicas. Para além disso, todas as candidaturas receberam exatamente a mesma quantia de R\$ 20.310,00 do então candidato a governador do estado da Bahia, Rui Costa, demonstrando mais uma vez relevância das transferências entre prestadores no processo de financiamento de campanha.

Em seguida, temos o bloco das candidaturas da região sudeste, composto por quatro dos 15 parlamentares, ou seja, 26,7% das candidaturas pretas e pardas eleitas pelo PT. Nessa lista encontramos nomes como o de Benedita da Silva (RJ) e Vicentinho (SP), assim como Paulo Guedes (MG) e Leonardo Monteiro (MG). Diferente do bloco de candidatos eleitos no estado da Bahia, cada uma das quatro candidaturas recebeu uma quantia específica do Fundo Eleitoral: Benedita da Silva recebeu o maior repasse, de R\$ 1.000.000,00; em seguida, Vicentinho, com um repasse de R\$ 900.000,00; depois, Leonardo Monteiro, que recebeu a quantia de R\$ 787.048,31; por fim, Paulo Guedes recebeu o menor repasse, de R\$ 394.715,10. Com excessão de Paulo Guedes, todas as candidaturas receberam recursos de transferências entre prestadores, que variaram entre R\$ 733,66 e R\$ 20.638,00. Apesar de R\$ 733,66 ser uma quantia consideravelmente baixa ao considerarmos as despesas de campanha, o que se vale destacar é que as transferências entre prestadores são um instrumento frequentemente usado no processo de financiamento de campanha.

Por fim, o último bloco, composto por Beto Faro (PA), Jose Airton (CE), Leo de Brito (AC), Paulão (AL) e Zé Carlos (MA). Esse bloco se destaca pela ausência de transferências entre prestadores e pelo fato de que os recursos provenientes do FEFC representaram, em média, 90,56% do montante total de recursos de campanha de suas candidaturas. As quantias recebidas do Fundo Eleitoral se assemelharam àquelas referentes ao bloco dos candidatos do estado da Bahia: Paulão foi o que recebeu o maior repasse, de R\$ 1.000.000,00; Zé Carlos, o menor, com a quantia R\$ 885.120,00. Outra semelhança foi que, quando somados todos os recursos de campanha, vemos que o financiamento de suas campanhas também custou aproximadamente R\$ 1.000.000,00.

Uma última observação merecedora de destaque é que Jose Airton foi o único dentre os 36 parlamentares observados neste trabalho que se autoidentificou enquanto preto e que muito possivelmente seria considerado branco por uma banca heteroidentificadora. Analisaremos esse caso mais a fundo na seção dedicada à essas questões.

2.3. PSL

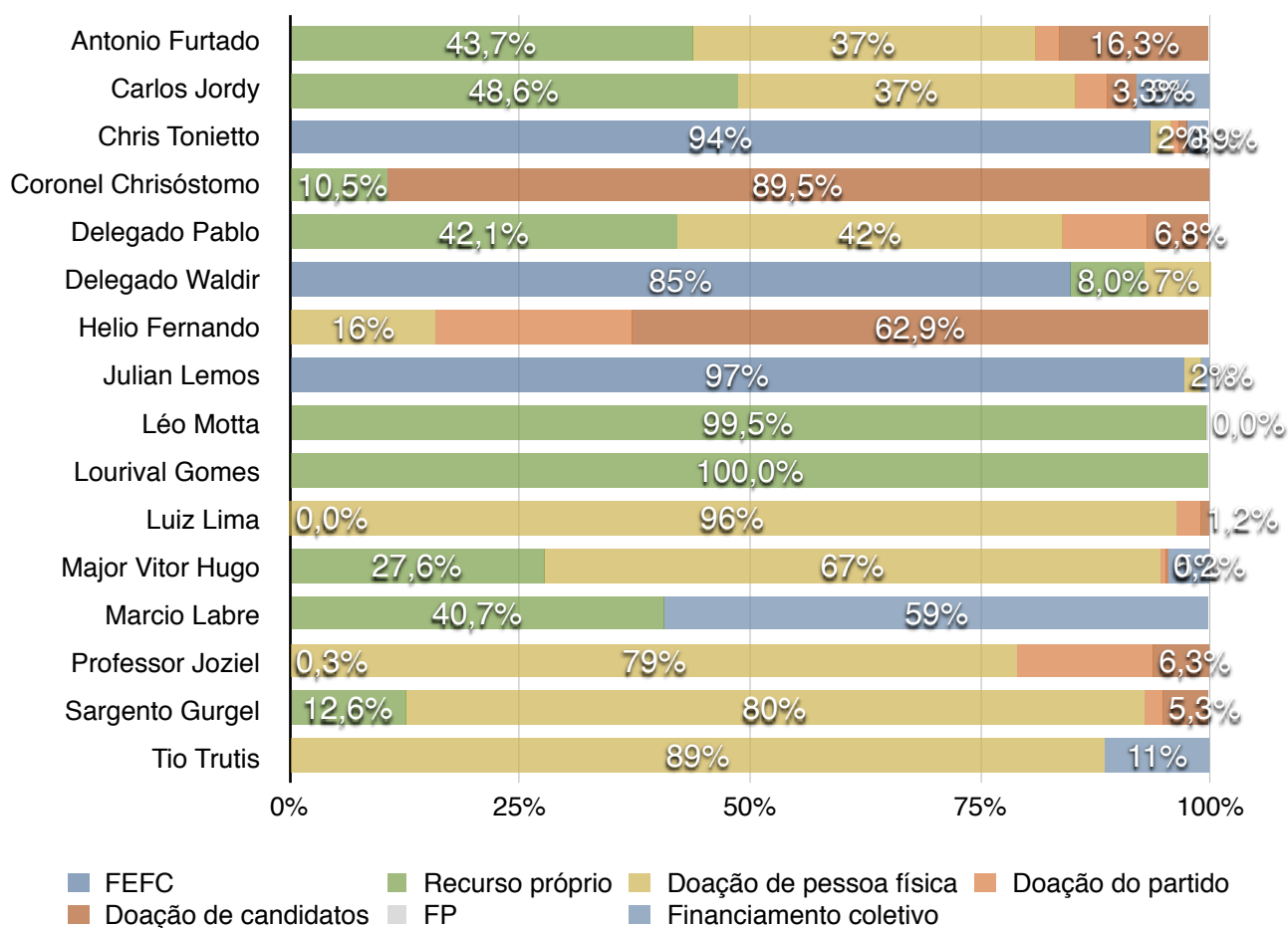
Como veremos a seguir, o PSL foi o ponto fora da curva em praticamente em todos os pontos observáveis de interesse desse trabalho. Começando com o fato de que, dentre os três partidos, o PSL foi o que mais elegeu candidatos pretos e pardos: 16 de uma bancada de 52 parlamentares, ou seja, 30,76% de todas as candidaturas eleitas pela legenda. Se, a princípio, a expectativa era a de que o partido da esquerda fosse aquele que mais elegeria candidatos pretos e pardos, os dados corroboram o que apontou Oliveira (1991, apud Campos e Machado, 2017, p. 136): o aumento ou diminuição das desigualdades eleitorais que acometem pretos e pardos não são necessariamente determinadas pelas tradicionais linhas ideológico-partidárias.

Para além disso, e como dito anteriormente, o PSL recebeu quantias ínfimas de ambos Fundo Eleitoral e Fundo Partidário, o que, por sua vez, fez com que suas candidaturas dependessem mais de receitas provenientes de outras fontes, principalmente de doações de pessoas físicas e de recursos próprios dos candidatos. Apenas três das 16 candidaturas pretas e pardas obtiveram recursos do FEFC para o financiamento de suas campanhas, sendo elas Chris Tonietto, que recebeu R\$ 73.333,33; Delegado Waldir, que recebeu R\$ 420.000,00; e Julian Lemos, que recebeu R\$ 361.938,00. Ainda sobre o parlamentar Julian Lemos, de acordo com o **demonstrativo de transferências de recursos a partidos e candidatos do PSL**, o valor do FEFC repassado ao candidato foi de R\$ 70.000,00. Entretanto, na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, vimos que o valor foi de, na verdade, R\$ 361.938,00, sendo essa a maior diferença entre valores fixados e valores reais observada neste trabalho.

Outro fato notável foi o baixíssimo custo das campanhas de algumas das candidaturas do PSL. Tio Trutis precisou de apenas R\$ 12.075,00 para se eleger, a menor quantia observada neste trabalho; Márcio Labre chegou à Câmara com apenas R\$ 22.595,00, sendo que R\$13.395,00, ou seja, **59.28%**, vieram de um financiamento coletivo.

Como dito no ponto sobre o MDB, quando observamos o candidato Hercílio Diniz, apenas três das 36 candidaturas observadas neste trabalho tiveram suas campanhas financiadas majoritariamente com seus próprios recursos. No Gráfico 6 podemos ver que as outras duas

Gráfico 6. Fonte dos recursos de campanha das candidaturas pretas e pardas eleitas do PSL. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



candidaturas foram do PSL: primeiro, o candidato Léo Motta, que investiu a quantia de R\$ 253.500,00, valor que representou 99,54% de seus recursos de campanha; segundo, o candidato Lourival Gomes, que teve 100% de sua receita de campanha oriunda de seus próprios recursos, investiu a quantia de R\$ 201.791,49. Vale notar que, apesar dos altos percentuais, as quantias foram mínimas quando comparadas à quantia de R\$ 1.982.000,00 investida por Hercílio Diniz, o que, mais uma vez, exemplifica o baixo custo das campanhas das candidaturas do PSL.

Com isso, finalizamos a seção dedicada à observação da distribuição dos recursos às candidaturas pretas e pardas dos referidos partidos. Como vimos, apenas três candidaturas do MDB e três do PSL obtiveram parte significativa de seus recursos de campanha provenientes do Fundo Eleitoral. O PT, por sua vez, fez uma distribuição significativamente mais expressiva de recursos desse fundo para seus candidatos. De qualquer forma, e como dito anteriormente, quando recursos do FEFC fizeram parte da equação, esses recursos foram parte substantiva do total dos recursos de campanha e, conseqüentemente, fundamentais para o êxito eleitoral de candidaturas em todos os três partidos.

3. Perfil Social

De acordo com Campos e Machado (2017), os partidos de grande expressão teriam uma preferência explícita por homens de classe muito alta com diploma de ensino superior, o que, por sua vez, diminuiria consideravelmente a quantidade de candidaturas pretas e pardas dentro de suas estruturas, principalmente, de mulheres pretas. Nesta seção do trabalho, partiremos para a análise do perfil social das 36 candidaturas para observar se as legendas realmente priorizaram tais índices, conferindo a origem de classe e grau de instrução das referidas candidaturas no intuito de testar a veracidade da hipótese quando aplicada exclusivamente à indivíduos pretos e pardos, ou seja, se esses filtros também foram aplicados sobre as candidaturas pretas e pardas eleitas de cada um dos três partidos.

Para abordar o ponto da origem de classe, trabalharemos com a separação de classes utilizada pelos autores. Nela, temos quatro categorias compostas pelas principais ocupações profissionais compiladas pelo TSE, sendo elas:

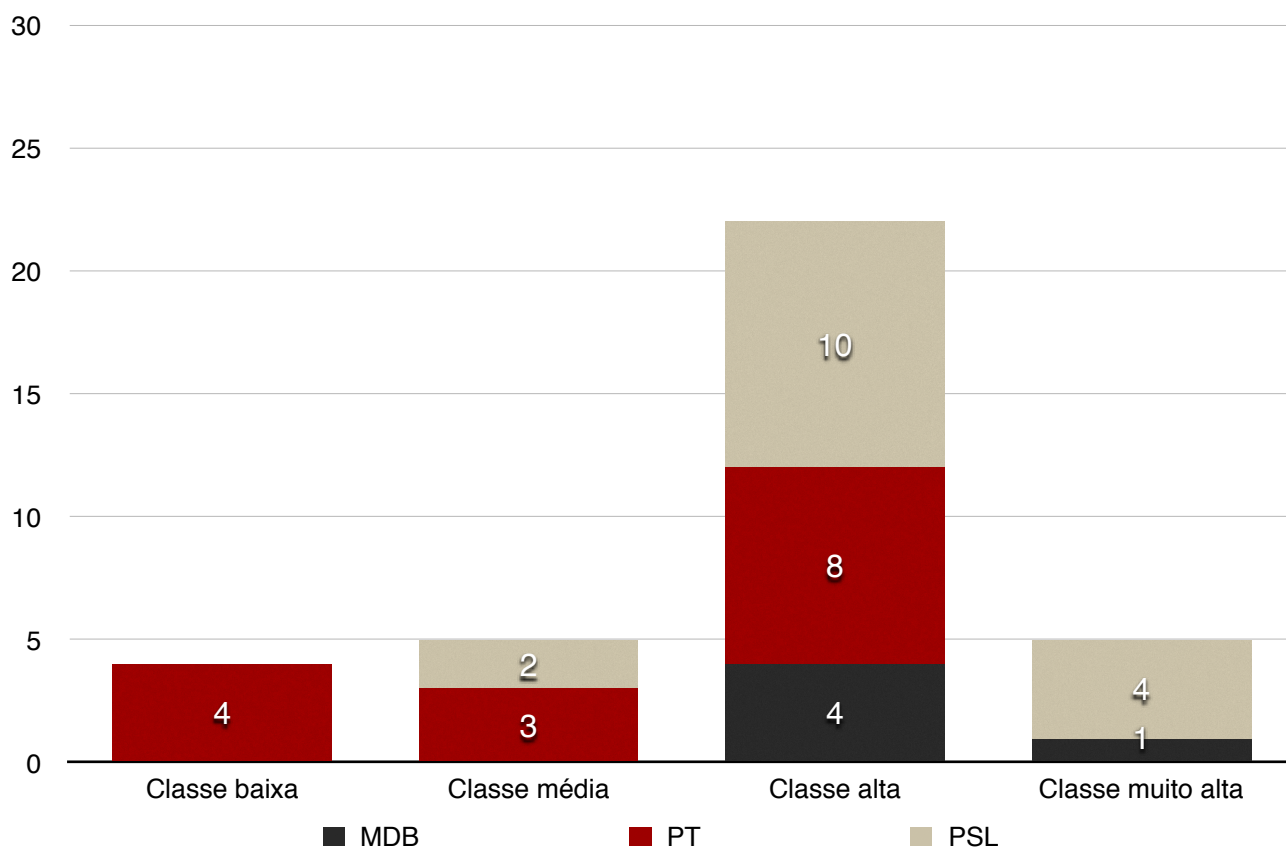
[...] (1) classe baixa (trabalhadores rurais, manuais e domésticos, artesãos e técnicos de escritório com pouca formação); (2) classe média (técnicos com alta especialização, artistas, funcionários públicos de baixo escalão e comerciantes); (3) classe alta (profissionais diplomados no Ensino Superior, funcionários públicos de médio escalão e pequenos empresários); (4) classe muito alta (políticos já eleitos para outro cargo, grandes empresários e funcionários públicos que ocupam carreiras de Estado)” (Campos e Machado, 2017, p. 131)

Antes de adentrarmos na análise dos perfis sociais, é necessário fazer algumas observações. Primeiro, utilizaremos as profissões declaradas pelos parlamentares no site da Câmara dos Deputados, na página referente às suas biografias. Segundo, podemos ver que na classe muito alta estão os políticos já eleitos para outro cargo. Para além desses, também serão enquadrados nessa classe parlamentares reeleitos, ou seja, aqueles indivíduos que já serviam mandato de deputado federal no período anterior à 56ª Legislatura.

A partir de ambas as considerações, observemos brevemente o caso do parlamentar Beto Faro, do PT-PA. Em sua biografia no site da Câmara dos Deputados², o deputado declarou que sua profissão é a de agricultor, o que o enquadraria na classe baixa. Entretanto, como podemos ver na mesma página, Beto Faro já exerce o mandato de deputado federal desde 2003, quando foi eleito para a 52ª Legislatura, o que o enquadraria, na verdade, na classe muito alta. No Gráfico 7 podemos ver como seria a disposição das classes das candidaturas a partir das profissões declaradas pelos

² <https://www.camara.leg.br/deputados/141335/biografia>

*Gráfico 7. Origem de classe das candidaturas de cada partido (declarada pelas candidaturas).
Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).*



parlamentares nas suas respectivas biografias no site da Câmara dos Deputados. A partir desse gráfico poderíamos constatar que, em relação às candidaturas pretas e pardas eleitas dos três partidos – apesar da preferência explícita por indivíduos de classe alta –, houveram quatro candidaturas eleitas de classe baixa e quatro de classe média.

Dito isso, não utilizaremos as ocupações declaradas pelas candidaturas na seção a seguir, sobre a origem de classe das referidas candidaturas. Ao invés disso, a partir da observação das informações disponibilizadas no site da Câmara dos Deputados, utilizaremos as verdadeiras ocupações desses indivíduos. Em seguida, partiremos para a seção sobre o grau de instrução, onde observaremos o nível educacional das referidas candidaturas e, com isso, testaremos a veracidade da hipótese levantada pelos autores quando aplicada exclusivamente às candidaturas pretas e pardas eleitas dos três partidos em questão.

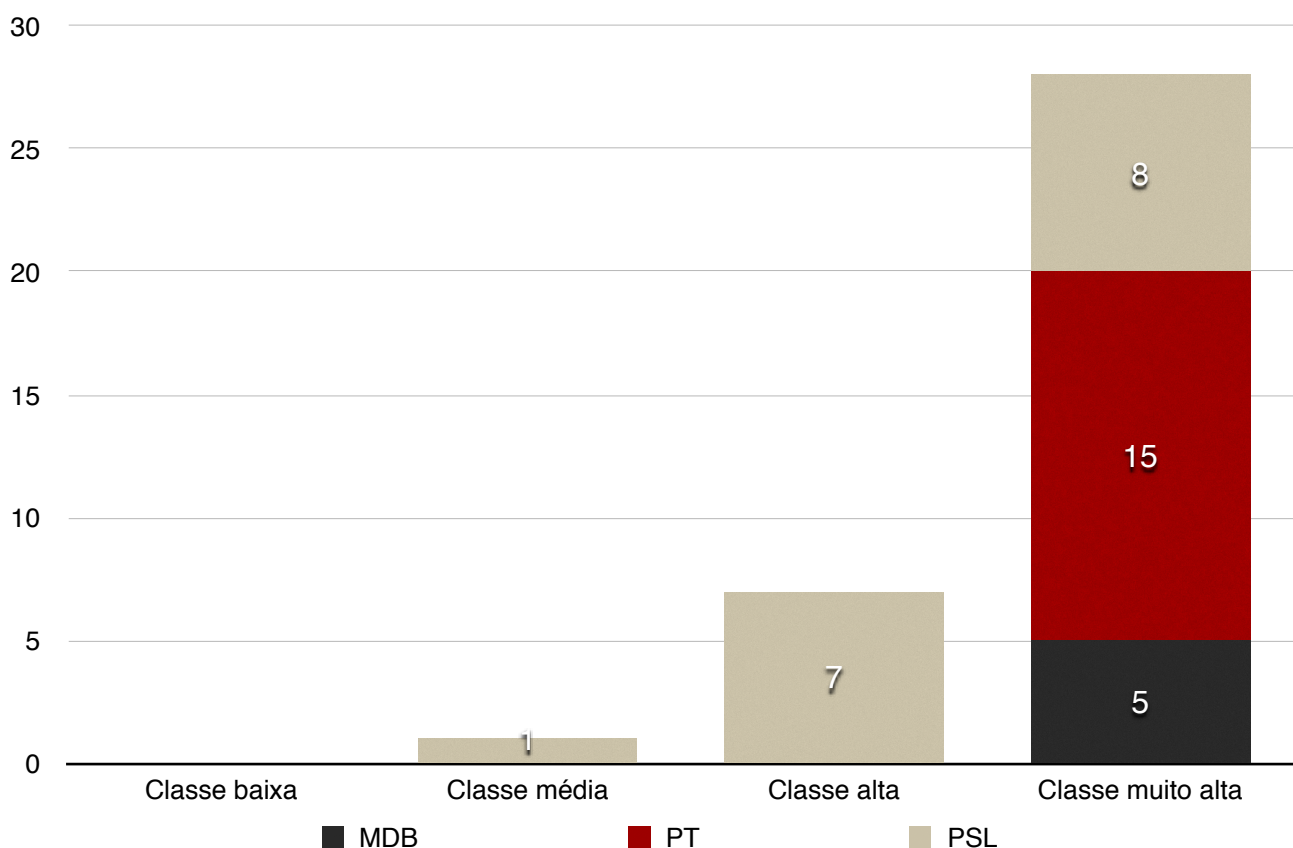
3.1. Origem de Classe

Como explicitado por Campos e Machado (2017), a origem de classe pode ser um fator crucial para o êxito eleitoral das candidaturas, uma vez que ser de classe muito alta está entre os recursos eleitoralmente mais valiosos. É exatamente por esse motivo que os partidos de grande

expressão, como os observado neste trabalho, teriam mais interesse em indivíduos dessas classes. Entretanto, como vimos anteriormente, a partir das ocupações declaradas pelas candidaturas pretas e pardas eleitas dos três partidos, vimos que, na verdade, houve uma maior preferência por indivíduos de classe alta. Apesar dessa classe já apresentar vantagens quando comparada com as classe baixa e média, a maior prevalência de indivíduos de classe nos leva a uma conclusão diferente daquela proposta pelos autores.

A partir desses pontos, observaremos como as ocupações declaradas pelas candidaturas de cada partido, ocupações essas que deram forma ao Gráfico 7, se diferenciam das reais ocupações das referidas candidaturas. O Gráfico 8, sobre a real origem de classe das 36 candidaturas observadas neste trabalho, nos mostra um panorama muito diferente daquele referente às ocupações declaradas pelas próprias candidaturas.

Gráfico 8. Real origem de classe das candidaturas de cada partido. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



3.1.1. MDB

A partir das informações declaradas pelos parlamentares no site da Câmara dos Deputados, vimos que a legenda elegeu quatro candidaturas pardas de classe alta e uma candidatura parda de classe muito alta. Entretanto, como podemos ver na Tabela 2, esse não foi bem o caso. Três das

Tabela 2. Origem de classe das candidaturas do MDB. Fonte: O autor, a partir do TSE (2022)

Candidatura	Ocupação declarada	Origem de classe	Ocupação verdadeira	Origem de classe
Fábio Ramalho	Empresário	Alta	Deputado Federal desde 2007	Muito Alta
Hercílio Diniz	Empresário	Muito alta	Empresário	Muito Alta
Jessica Sales	Médica	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta
Juarez Costa	Empresário	Alta	Ex-vereador; Ex-deputado estadual; Ex-prefeito de Sinop	Muito Alta
Lucio Antonio Mosquini	Engenheiro	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta

cinco candidaturas que se enquadraram na classe alta – Fábio Ramalho, Jessica Sales e Lucio Mosquini – foram, na verdade, candidaturas de classe muito alta pelo mesmo motivo: todas foram fruto de reeleição. O parlamentar Juarez Costa, apesar de não ter sido fruto de reeleição, também deve ser enquadrado na classe muito alta pelo fato de já ter sido eleito para diferentes cargos políticos no passado, como o de vereador, deputado estadual e prefeito. Por fim, o parlamentar Hercílio Diniz foi o único que declarou sua verdadeira ocupação. Apesar de ser seu primeiro mandato como deputado federal, o parlamentar se enquadrou na classe muito alta por ser um empresário de grande porte. Como podemos ver na página de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, Hercílio tem bens declarados avaliados em R\$ 38.844.004,00, o que, por sua vez, explica em parte sua capacidade de financiar sua própria campanha.

Dessa forma, vemos que, ao utilizarmos as verdadeiras ocupações das referidas candidaturas, temos que o MDB elegeu, na verdade, cinco candidaturas pardas de classe muito alta, o que corrobora com a hipótese dos autores no que diz respeito à origem de classe das candidaturas.

3.1.2 PT

As diferenças encontradas ao observarmos as candidaturas do PT são ainda mais gritantes: das 15 candidaturas que ficaram distribuídas entre quatro de classe baixa, três de classe média e oito de classe alta, nenhuma se manteve na sua posição original. O candidato Paulo Guedes foi o único a ser realocado para a classe muito alta pelo motivo de já ter exercido o cargo de deputado estadual. Em relação as demais 14 candidaturas, todas foram realocadas para a classe muito alta devido ao fato de todas terem sido fruto de reeleição. Como podemos ver na Tabela 3, a maior parte desses

Tabela 3. Origem de classe das candidaturas do PT. Fonte: O autor, a partir do TSE (2022)

Candidatura	Ocupação declarada	Origem de classe	Ocupação verdadeira	Origem de classe
Afonso Florence	Professor Universitário	Alta	Deputado Federal desde 2011	Muito Alta
Benedita da Silva	Professora; Assistente Social	Média	Deputado Federal desde 2011	Muito Alta
Beto Faro	Agricultor	Baixa	Deputado Federal desde 2003	Muito Alta
Jorge Solla	Médico	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta
Jose Airton	Advogado; Engenheiro	Alta	Deputado Federal desde 2011	Muito Alta
Josias Gomes	Agrônomo	Alta	Deputado Federal desde 2003	Muito Alta
Leo de Brito	Advogado; Professor	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta
Leonardo Monteiro	Profissional técnico; Advogado	Média	Deputado Federal desde 2003	Muito Alta
Paulão	Eletricista	Baixa	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta
Paulo Guedes	Professor	Média	Ex-Deputado Estadual	Muito Alta
Pelegrino	Advogado	Alta	Deputado Federal desde 1999	Muito Alta
Valmir Assunção	Agricultor	Baixa	Deputado Federal desde 2011	Muito Alta
Vicentinho	Metalúrgico; Advogado	Baixa	Deputado Federal desde 2003	Muito Alta
Waldenor Pereira	Economista	Alta	Deputado Federal desde 2011	Muito Alta
Zé Carlos	Engenheiro	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta

parlamentares já exerce o cargo de deputado federal há mais de 10 anos, o que nos na hipótese de que a legenda empreende esforços para mantê-los dentro da Câmara dos Deputados. Ainda nesse ponto, o PT foi o único dentre os três partidos que apresentou um parlamentar que exerceu o cargo de deputado federal por mais de 20 anos: o parlamentar Pelegrino exerceu o cargo de deputado federal de 1999 até 16 de setembro de 2021 – um total de 22 anos –, quando renunciou o cargo para assumir como conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.

Por fim, cabe destacar alguns pontos sobre a parlamentar Benedita da Silva. A parlamentar exerce o cargo de deputada federal consecutivamente desde 2011, mas essa não foi sua primeira

passagem pela Câmara dos Deputados. Benedita foi eleita para o cargo pela primeira vez em 1986, permanecendo nele até 1991. Para além desse cargo, a parlamentar já foi vereadora, senadora, vice-governadora e governadora do estado do Rio de Janeiro, entre outros cargos políticos ao decorrer de sua carreira.

3.1.3. PSL

De início, já podemos constatar que a situação do PSL foi muito diferente da dos outros partidos em questão. Como dito anteriormente, a proeminência da legenda no cenário político brasileiro se deu a partir das eleições de 2018, o que, por sua vez, implica que a maior parte das candidaturas observadas foi eleita pela primeira vez para o cargo de deputado federal. A Tabela 4 nos permite ver que 12 das 16 candidaturas se mantiveram em suas posições originais. As exceções

Tabela 4. Origem de classe das candidaturas do PSL. Fonte: O autor, a partir do TSE (2022)

Candidatura	Ocupação declarada	Origem de Classe	Ocupação verdadeira	Origem de classe
Antonio Furtado	Delegado de Polícia	Muito alta	—	—
Carlos Jordy	Empregado Público	Alta	Ex-vereador	Muito Alta
Chris Tonietto	Advogada	Alta	—	—
Coronel Chrisóstomo	Engenheiro; Militar	Alta	—	—
Delegado Pablo	Servidor Público Federal	Muito alta	—	—
Delegado Waldir	Delegado de Polícia	Muito alta	—	—
Helio Fernando	Militar	Alta	—	—
Julian Lemos	Empresário	Alta	—	—
Leo Motta	Músico	Média	Ex-vereador	Muito Alta
Lourival Gomes	Empresário	Alta	Deputado Federal desde 2015	Muito Alta
Luiz Lima	Atleta profissional; Professor	Alta	—	—
Major Vitor Hugo	Advogado; Militar; Servidor público	Alta	—	—
Marcio Labre	Jornalista	Média	—	—
Professor Joziel	Professor; Escritor; Teólogo; Servidor público	Alta	Ex-vereador	Muito Alta
Sargento Gurgel	Policia	Muito alta	—	—
Tio Trutis	Empresário	Alta	—	—

foram Lourival Gomes, que exerceu o cargo de deputado federal pelo PSDC de 2015 a 2019; e Carlos Jordy, Leo Motta e Professor Joziel, todos por já terem exercido o cargo de vereador.

Para além disso, outro ponto que merece destaque é o fato de que três das 16 candidaturas vieram das Forças Armadas e quatro das áreas da Segurança Pública. Uma dessas candidaturas foi a de Helio Fernando, forte figura aliada à Bolsonaro, que, inclusive, recebeu a quantia de R\$ 45.000,00 do então candidato à presidência da República para o financiamento de sua campanha, valor que correspondeu 57,2% de seus recursos de campanha. Cabe também salientar que os candidatos com associação prévia às Forças Armadas – Coronel Chrisóstomo, Helio Fernando e Major Vitor Hugo – não foram realocados para a classe muito alta devido às mudanças instauradas pela PEC 32/20 no que diz respeito a quais são as carreiras consideradas típicas de Estado. De acordo com o FONACATE, Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, estão entre as carreiras de Estado:

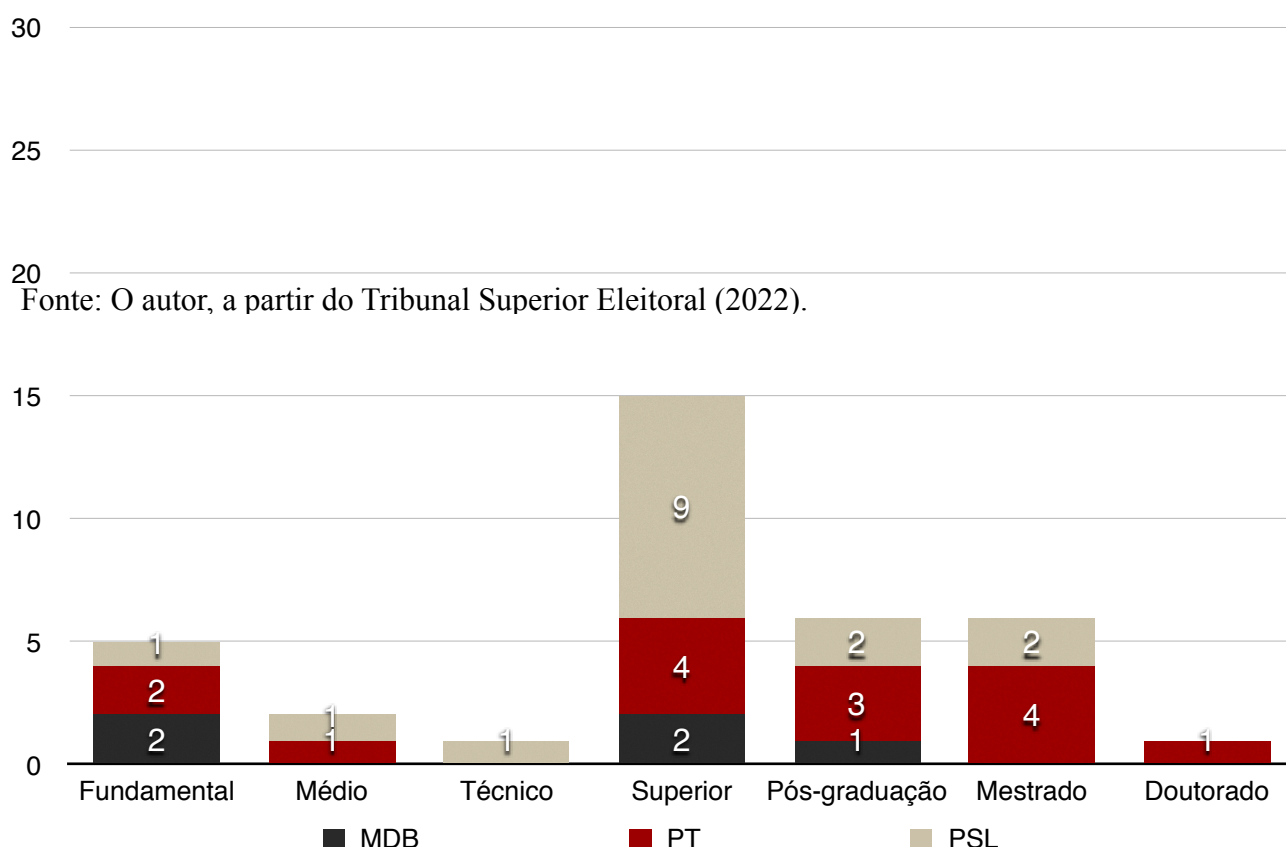
[...] as atividades de Fiscalização Agrária, Agropecuária, Tributária e de Relação de Trabalho, Arrecadação, Finanças e Controle, Gestão Pública, Comércio Exterior, Segurança Pública, Diplomacia, Advocacia Pública, Defensoria Pública, Regulação, Política Monetária, Inteligência de Estado, Planejamento e Orçamento Federal, Magistratura e o Ministério Público.” (FONACATE, 2022)

Com isso, finalizamos a seção sobre a origem de classe das candidaturas observadas neste trabalho. Com a excessão do PSL, que teve a sete de suas candidaturas provenientes da classe alta e uma proveniente da classe média – ou seja, 22,2% de todo o grupo observado – vimos que a parte da hipótese levantada pelos autores sobre a preferência dos partidos por indivíduos de classe muito alta pôde ser mais corroborada do que refutada. O caráter *sui generis* do PSL impediu uma corroboração integral da hipótese, mas, levando em conta as circunstâncias específicas da legenda no processo eleitoral em questão, podemos considerar que o partido seguiu a tendência de priorizar indivíduos da classe mais privilegiada.

3.2. Grau de instrução

O segundo ponto da hipótese diz respeito ao grau de instrução das candidaturas. Assim como o pertencimento à classe muito alta, o ensino superior também está entre os recursos eleitoralmente mais valiosos. Dessa forma, o objetivo aqui é o de conferir se há e, caso haja, destacar qual é o padrão encontrado no que diz respeito ao grau de instrução das 36 candidaturas pretas e pardas observadas neste trabalho.

Gráfico 9. Grau de instrução das referidas candidaturas de cada partido. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



A partir da observação do Gráfico 9 podemos fazer os seguintes comentários

1. A mediana do gráfico foi justamente a coluna referente a ter-se uma graduação no ensino superior, com 15 das 36 candidaturas, ou seja, 41,7% de todo o grupo observado;
2. As candidaturas com os graus acadêmicos de pós-graduação, mestrado e doutorado totalizaram 13 das 36 candidaturas. Quando somadas àquelas com graduação no ensino superior, o percentual de candidaturas com ensino superior foi de 77,8%;
3. Por fim, as oito candidaturas com nível educacional inferior ao nível superior, que corresponderam à 22,2% do grupo observado. Essas candidaturas ficaram divididas entre uma com ensino técnico, duas com ensino médio e cinco com apenas o ensino fundamental completo.

Dessa forma, temos que os percentuais referentes ao grau de instrução foram exatamente os mesmo daqueles referentes à origem de classe das candidaturas: 77,8% com nível superior e acima/ pertencentes à classe muito alta contra 22,2% pertencentes à outras classes/sem nível superior. Como dito anteriormente, não podemos corroborar integralmente a hipótese levantada pelos autores devido aos casos de excessão que compõe ambos os grupos de 22,2%. Contudo, tendo em vista que mais de três quartos dos candidatos foram indivíduos de classe muito alta com nível superior,

Tabela 5. Percentuais sobre grau de instrução e origem de classe das candidaturas

Muito alta	77,8%
Outras classes	22,2%
Com nível superior	77,8%
Sem nível superior	22,2%

parece correto afirmar que as legendas tem, de fato, uma preferência por indivíduos com essas características, inclusive quando tratando-se exclusivamente de indivíduos pretos e pardos.

Seria interessante observar as candidaturas brancas eleitas do três partidos com o intuito de checar se os percentuais se assemelharam ou não daqueles encontrados ao se observar o grupo das candidaturas pretas e pardas eleitas. Com isso, seria possível conferir se esses filtros são aplicados mais ou menos rigorosamente aos não-brancos ou se esses são, em média, os percentuais encontrados nos partidos de grande expressão. Porém, devido às limitações de tempo, não será possível observar os grupos em questão neste trabalho.

Contudo, ainda temos de analisar e debater um ponto extremamente pertinente: o da autoidentificação racial das candidaturas e, conseqüentemente, sobre algumas questões derivadas do que se entende enquanto ‘pardo’. Como veremos a seguir, a maior parte das candidaturas observadas neste trabalho foram de parlamentares que se reconheceram enquanto pardos e pardas, porém, se observarmos as fotos de urnas das candidaturas disponibilizadas no Anexo A, podemos ver que esses indivíduos têm a cor da pele e características físicas muito diversas. Diversas observações podem ser realizadas a partir dessa constatação, porém, discutiremos a questão com mais afinco na seção a seguir.

4. Raça, autoidentificação e heteroidentificação

Como aponta a bibliografia especializada (Campos, 2013; Carneiro, 2016; Daflon, 2017; Silva & Leão, 2012), o que se entende enquanto ‘pardo’ no Brasil variou bastante ao decorrer dos anos. Se inicialmente a categoria representava apenas mais uma variação da noção de mulato/mestiço, com o tempo a categoria pardo foi transformando-se em um lugar de identificação completamente *sui generis*.

Em seu trabalho *O Pardo Como Dilema Político*, Campos (2013) demonstra como que a noção de pardo se manteve por décadas num movimento pendular de distanciamento e aproximação entre o branco e o preto, até o momento em que o Movimento Negro Unificado (MNU) passou a empreender esforços para que a categoria passasse a ser compreendida como parte componente da categoria maior **negro**, que seria o somatório entre pretos e pardos. Esses esforços empreendidos pelo MNU, que começaram em meados dos anos 80, finalmente viram-se valer no ano de 2010 com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que reconheceu a nível dos órgãos estatísticos oficiais do Estado a categoria negro como somatório entre pretos e pardos (Daflon, 2017, p. 63). Nesse mesmo ano, realizou-se o Censo Demográfico que constatou que mais da metade da população brasileira seria, então, composta por negros, sendo 43,1% de pardos e 7,6% de pretos. Entretanto, como aponta Daflon (2017), uma série de observações podem ser feitas a partir dessa constatação.

Primeiro, a grande adesão à categoria pardo no censo do IBGE se deu devido à falta de opções que representassem melhor a identificação da racial da população, como, por exemplo, a opção ‘moreno’. A autora destaca que, a partir de dados angariados pelo IBGE em 2011, a categoria ‘moreno’ tem maior adesão do que a categoria ‘pardo’ em pesquisas de autoclassificação racial espontânea (Daflon, 2017, p. 51). Uma possível explicação para essa preferência estaria no fato de que a categoria ‘moreno’ tem uma conotação circunstancial e passageira, assemelhada à noção de bronzeado ou queimado de sol, que daria a entender que no Brasil não se é pardo, mas sim, se está pardo (Daflon, 2017, p. 54).

Segundo, apesar da grande quantidade de pessoas que se reconheceram enquanto pardas no Censo de 2010, essa autoidentificação muito provavelmente não veio de um lugar de se entender e se identificar enquanto negro. Como ela mesmo aponta, naquele mesmo ano, apenas 5,6% da população se identificou espontaneamente como negro em outros recenseamentos nacionais que tiveram a pergunta de raça na forma de pergunta aberta (Daflon, 2017, p. 63). Dessa forma, podemos concluir que, apesar da institucionalização da demanda do MNU e dos demais movimentos negros por inclusão da categoria pardo à categoria maior negro, o termo pardo

continuou e continua sendo usado pela população como um termo que se pretende mais neutro e descritivo da cor.

Isso, por sua vez, nos traz de volta às 36 candidaturas observadas neste trabalho. Como dito anteriormente, se observarmos as fotos de urna das referidas candidaturas, podemos facilmente constatar que diversas delas se enquadram na noção de pardo enquanto termo descritivo da cor e suas variações, como ‘moreno’ e ‘bronzeado’. Só seria realmente possível saber se as candidaturas se reconhecem ou não enquanto negras com a realização de entrevistas que buscassem compreender o porquê de suas autoidentificações, porém, devido à impossibilidade de fazê-las, teremos de trabalhar com algumas suposições.

Por um lado, poderíamos assumir que, por uma questão ideológica, as candidaturas do PT seriam aquelas menos racialmente problemáticas. O motivo dessa suposição seria devido à associação histórica da legenda com os movimentos negros e aos esforços empreendidos para a promoção da igualdade racial através da criação de secretarias especiais responsáveis por políticas públicas de ações afirmativas como a SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e instituições adjacentes, como FIPIR, CONAPIR e SINAPIR (Theodoro, 2014, p. 211 e 212). Para além disso, poderíamos também argumentar que o partido desde muito cedo contou com comitês internos para fomentar o debate sobre raça em sua estrutura e, dessa forma, educar seus componentes sobre questões fundamentais referentes à temática racial.

Entretanto, se observarmos as fotos de urna das candidaturas, parece inegável a utilização estratégica da autoidentificação racial por parte de algumas dessas candidaturas. Como dito anteriormente, o PT foi o único dentre os três partidos observados que teve uma candidatura que se autoidentificou enquanto preta que muito provavelmente seria identificada enquanto branca por uma banca heteroidentificadora. Para além disso, cabe também destacar o parlamentar Leo de Britto. O parlamentar se autoidentificou enquanto pardo, mas o mesmo não se enquadra na categoria nem se considerarmos a noção de pardo como termo descritivo da cor assemelhado às noções de ‘bronzeado’ e ‘moreno’. Não podemos simplesmente assumir que em ambos os casos a autoidentificação foi utilizada de maneira estratégica, pois, afinal, a autoidentificação parte do próprio entendimento de raça dos indivíduos. Entretanto, é completamente legítimo o questionamento sobre as motivações das candidaturas para assim fazê-lo.

No que diz respeito às candidaturas do MDB, apenas o parlamentar Juarez Costa aparentou se enquadrar na concepção de pardo estipulada pelo Estatuto da Igualdade Racial de 2010. Com exceção de Lucio Mosquini, que provavelmente seria heteroidentificado enquanto branco, as

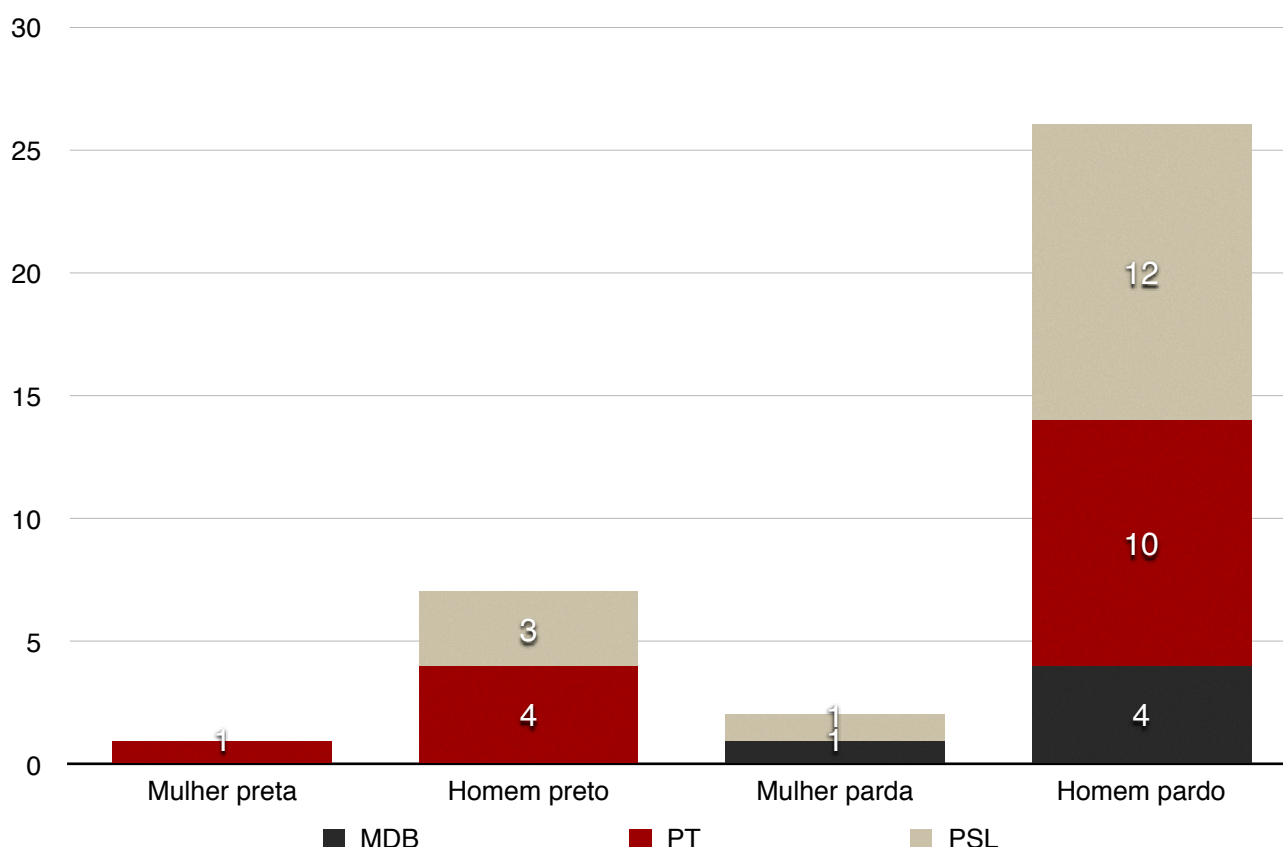
demais candidaturas aparentaram se enquadrar na noção de pardo como termo descritivo da cor. No mais, cabe fazer uma breve observação sobre a parlamentar Jéssica Sales. Apesar de ter se enquadrado na referida noção de pardo, pode-se dizer que a parlamentar, que é natural da região norte do país, apresenta alguns traços de descendência indígena. Como apontaram Daflon (2017) e Sansone (2003), a categoria pardo se construiu não somente como um espaço para indivíduos afrodescendentes de pele clara, mas sim como um espaço de absorção de todos os indivíduos de cor embranquecidos e alijados de suas etnicidades.

Por fim, poderíamos assumir que as candidaturas do PSL, por sua vez, seriam aquelas menos preocupadas com as questões que culminaram no estabelecimento do Estatuto da Igualdade Racial. Isso seria devido ao local que a legenda se encontra no espectro político e, conseqüentemente, aos princípios ideológicos dos indivíduos em questão. Entretanto, apesar de poder existir certo grau de veracidade em tal suposição, o resultado encontrado a partir da observação das fotos de urnas das referidas candidaturas é consideravelmente semelhante àquele encontrado na observação das candidaturas do PT. Em relação ao PSL, tivemos três candidaturas que aparentaram se enquadrar na noção de pardo enquanto termo descritivo da cor e sete candidaturas que provavelmente seriam heteroidentificadas enquanto candidaturas brancas. Já em relação ao PT, tivemos seis candidaturas que se encontraram no limiar entre a noção de pardo enquanto termo descritivo da cor e a heteroidentificação enquanto candidaturas brancas e uma candidatura que provavelmente seria reconhecida enquanto branca por uma banca heteroidentificadora.

Se adicionarmos a variável ‘estado de origem’ das candidaturas à equação, podemos destacar um padrão ainda mais curioso. Das 10 candidaturas do PSL destacadas no parágrafo anterior, sete são do estado do Rio de Janeiro. Já em relação ao PT, das sete candidaturas destacadas anteriormente, cinco são do estado da Bahia. Por um lado, poderíamos argumentar que isso se dá devido ao simples fato da maior presença das legendas nos respectivos estados. Entretanto, se optarmos por buscar outra via e se desconsiderarmos a simples possibilidade da utilização estratégica da autoidentificação racial, uma miríade de opções poderiam ser utilizadas para tentar explicar o fato.

Não é do interesse desse trabalho esmiuçar exaustivamente todas as possíveis opções, porém, existe uma que cabe ser comentada. Como se sabe, os estados da Bahia e do Rio de Janeiro estão entre os estados brasileiros com as maiores populações negras do país. Esse fato, por sua vez, nos permitiria argumentar que existiu e existe um maior número de relações interracialis acontecendo nesse locais e, decorrente disso, um maior número de pessoas que se identificariam tanto enquanto

Gráfico 10. Interssecção gênero x raça em cada um dos partidos. Fonte: O autor, a partir do Tribunal Superior Eleitoral (2022).



pardas como termo descritivo da cor, como apontou Daflon (2017), como enquanto pardas no sentido de serem negras de pele clara, como apontou Carneiro (2016).

De qualquer forma, como podemos ver no Gráfico 10, a categoria dos pardos foi absolutamente majoritária no que tange as candidaturas observadas nesse trabalho, representando 77,8% de todas as candidaturas em questão. Se, por um lado, a presença desse parlamentares na Câmara dos Deputados deveria ser motivo de celebração, um outro lado nos mostra uma realidade bastante distinta da esperada. Isso se dá pelo motivo de que o esperado era que houvessem mais parlamentares que se autoidentificassem enquanto negros, o que, por sua vez, aumentaria a representação dessa população no Legislativo. Entretanto, como a grande maioria dessas candidaturas se enquadrou na concepção de pardo enquanto termo descritivo da cor, o que tivemos, de fato, foi a manutenção da branquitude dentro desse espaço.

A partir de tudo que foi exposto nessa última seção, podemos afirmar que a discussão em torno da questão do pardo está longe de ser concluída. Apesar da grande contribuição do Estatuto da Igualdade Racial para a construção de uma noção de negritude mais abrangente, vemos que a utilização do termo segue sendo feita da mesma maneira que sempre foi feita. Mais do que isso, a categoria parda, de certa forma, também é um local de identificação para aqueles indivíduos frutos

de relações interracialiais que não se identificam enquanto negros (Silva & Leão, 2012, p 126 e 127). Uma ação que teria o potencial de acabar com a possibilidade da utilização estratégica da autoidentificação racial e, de certa forma, sanar a confusão causada pela essência da categoria ‘pardo’ seria a inclusão da categoria ‘negro’ como opção no processo de autoidentificação racial dos parlamentares, como feito por algumas universidades brasileiras no processo de instauração das cotas raciais (Campos, 2013, p 89). Dessa forma, os indivíduos pardos que se identificam enquanto negros teriam uma opção que melhor representasse a sua autoidentificação racial, tornando, assim, mais factível o processo de mensuração dos níveis de subrepresentação política e desigualdade eleitoral dessa população.

5. Considerações finais

Como dito anteriormente, esse trabalho teve como principal objetivo averiguar se as hipóteses levantadas por Campos e Machado (2017) poderiam ser corroboradas ou refutadas quando aplicadas ao grupo focal em questão – as 36 candidaturas pretas e pardas eleitas pelos partidos MDB, PSL e PT. A partir disso, faremos uma retrospectiva de cada uma dessas hipóteses e comentaremos os resultados encontrados.

1. Observar os recursos de campanha distribuídos a esses indivíduos – em especial, do FEFC – e o impacto que tais recursos tiveram em seu êxito eleitoral;

Em relação à distribuição de recursos do Fundo Eleitoral às referidas candidaturas, tivemos dois padrões distintos. O primeiro, referente às candidaturas do MDB e do PSL, pode ser resumido da seguinte forma: não houve um repasse de recursos desse fundo para todas as candidaturas pretas e pardas dos referidos partidos. Em relação ao MDB, três das cinco candidaturas receberam recursos do FEFC. Já em relação ao PSL, apenas três das 16 candidaturas receberam recursos desse fundo. Entretanto, apesar dessa distribuição reduzida, o que vimos nos Gráficos 4 e 6 confirma que quando os recursos do FEFC fizeram parte da equação, esses recursos foram parte substantiva do total dos recursos de campanha dessas candidaturas.

O segundo padrão, esse referente às candidaturas do PT, nos leva à mesma conclusão de que, quando presentes, os recursos provenientes do FEFC foram parte majoritária do total de recursos de campanha das candidaturas. O que difere esse padrão do anterior é o fato de que todas as 15 candidaturas pretas e pardas eleitas pelo PT receberam quantias consideráveis do Fundo Eleitoral para o financiamento de suas campanhas. Os dados expostos no Gráfico 5 demonstraram como

recursos desse fundo foram fundamentais para o financiamento de campanha dessas candidaturas, representando, em média, 86,6% de todos os recursos de campanha utilizados por elas.

2. A partir da observação do perfil social, analisar quais foram os recursos sociais eleitoralmente valiosos que tornaram suas candidaturas competitivas e atraentes aos partidos;

Em relação a esse ponto, o objetivo era o de conferir se o filtro que exige que as candidaturas sejam de classe muito alta e que tenham ensino superior foi aplicado às candidaturas em questão. A partir do que foi explicitado nos pontos sobre origem de classe e grau de instrução das candidaturas – encontrados de maneira resumida na Tabela 5 –, podemos concluir que, apesar da presença de outliers (indivíduos sem ensino superior/de outras classes que não a muito alta), esse filtro foi certamente aplicado às 36 candidaturas observadas nesse trabalho.

A presença de indivíduos que contornaram essas exigências demonstra que tais exigências não são obrigatórias caso hajam outros recursos sociais eleitoralmente valiosos em questão, como, por exemplo o caso do parlamentar Hercílio Diniz, ter-se recursos próprios em abundância, permitindo, dessa forma, o financiamento da própria campanha. Entretanto, esses são os casos de excessão, visto que, via de regra, ser de classe muito alta e ter ensino superior são recursos extremamente valiosos para o processo eleitoral.

3. Avaliar se o tamanho e a expressividade dos partidos afetou positivamente as candidaturas desses indivíduos.

Em relação ao MDB e ao PT, o tamanho e expressividade dos partidos foi fundamental para a obtenção de grandes quantias de ambos FEFC e FP. Como vimos na Resolução nº 23.581/2018 e na Dotação Orçamentária da Distribuição do Fundo Partidário de 2018, os partidos foram os que mais receberam recursos de ambos os fundos em 2018 devido ao tamanho das bancadas que esses dois partidos conseguiram eleger nas eleições de 2014. Isso, por sua vez, permitiu que as legendas fossem capazes de repassar quantias consideráveis de ambos os fundos para as candidaturas observadas neste trabalho.

Já o PSL, apesar de não ter usufruído de grande quantias do FEFC e do FP, conseguiu exercer uma grande expressividade devido ao momento *sui generis* da política brasileira em 2018. Graças a isso, o partido conseguiu eleger a segunda maior bancada na Câmara e, dessa forma, aumentar significativamente seu tamanho e afirmar sua expressividade enquanto partido forte.

Por fim, abordamos a problemática presente na autoidentificação racial de algumas das candidaturas. Como vimos, o debate em torno da questão do pardo está longe de ser concluída, visto o caráter contraditório da categoria. Se, por um lado, pardos são aqueles indivíduos negros de pele clara, por outro, são também aqueles indivíduos brancos de pele bronzeada. Apesar da mudança proposta e instaurada pelo Estatuto da Igualdade Racial, que assume que os pardos são parte componente da categoria ‘negro’, a utilização popular do termo segue sendo feita da mesma maneira que sempre foi feita.

Por esse motivo, seria desejável a inclusão da opção ‘negro’ como opção no momento da realização da autoidentificação racial das candidaturas. Assim, seria possível diferenciar os ‘negros-pardos’ (Silva e Leão, 2012, p. 126) dos ‘brancos-pardos’ e, dessa forma, mensurar de maneira mais adequada os níveis de subrepresentação política da população negra dentro da Câmara dos Deputados.

Referências bibliográficas

BACELAR, G. O colorismo e o privilégio que ninguém te deu. Portal Geledés, 2020. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-o-privilegio-que-ninguem-te-deu/>>. Acessado em 24 de agosto de 2022.

_____. O colorismo é um assunto nosso? Portal Geledés, 2020. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-colorismo-e-um-assunto-nosso/>>. Acessado em 24 de agosto de 2022.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política.*, Brasília, n. 16, p. 121-151, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto (2013). “O pardo como dilema político”. *Insight Inteligência*, n. 62, p. 80-91.

CAMPOS, Luiz Augusto e Machado, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2017, v. 25, n. 61, pp. 125-142. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987317256107>>. ISSN 1678-9873. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256107>.

CAMPOS, L.A., 2015. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Raça e recrutamento político nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (2012). *Dados*, (57)2, pp. 689-719 apud Campos, Luiz Augusto e Machado, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2017, v. 25, n. 61, pp. 125-142.

CARNEIRO, A. S. Negros de pele clara. CEERT, 2016. Disponível em <<https://www.ceert.org.br/noticias/genero-mulher/13570/sueli-carneiro-negros-de-pele-clara>>. Acesso em 26 de junho de 2020.

FERNANDES, Florestan. “O mito da democracia racial”. *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008 [1964], pp. 304-327.

RODRIGUES, G. M. B. . Mulatos, pardos, 'afrobeges': negros de pele clara ou 'afroconvenientes'?. 2020.

SANSONE, Lívio. “Um paradoxo afro-latino?”. *Negritude sem etnicidade: o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2003, pp. 9-35.

SILVA, Graziella e Leão, Luciana (2012). “O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, n. 80, pp. 117-133.

THEODORO, Mário. “Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, n. 1, 205-219, 2014.

ANEXO A

Resolução nº 23.581/201

Ano 2018, Número 142

Brasília, quinta-feira, 19 de julho de 2018

Página 2

Designação. Ministro. Representação. TSE.

Portaria TSE nº 614 de 12 de julho de 2018.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, resolve

DESIGNAR

o Ministro SÉRGIO SILVEIRA BANHOS para representar o Tribunal Superior Eleitoral na *X Conferência Iberoamericana sobre Justicia Electoral*, que será realizada nos dias 6 a 8 de agosto de 2018, na Cidade do Panamá, Panamá.

Ministro LUIZ FUX

Documento assinado eletronicamente em 16/07/2018, às 20:27, conforme art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=0796452&crc=52318E09, informando, caso não preenchido, o código verificador 0796452 e o código CRC 52318E09.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções

Resolução

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 216/2018

RESOLUÇÃO Nº 23.581

PETIÇÃO Nº 0600553-62.2018.6.00.0000 (PJe) BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL

Relator: Ministro Luiz Fux

Requerente: Partido Republicano Da Ordem Social (PROS) - Nacional

Advogados: Alex Duarte Santana Barros e Outros

Ementa:

Altera o Anexo da Resolução-TSE nº 23.568/2018, que estabelece diretrizes gerais para a gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista a decisão proferida nos autos da Petição nº 0600553-62.2018.6.00.0000 (ID nº 280071), ad referendum,

RESOLVE:

Art. 1º O Anexo mencionado no § 3º do art. 5º da Resolução-TSE nº 23.568, de 24 de maio de 2018, o qual fixa os valores para a distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), passa a ser o constante do Anexo desta resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de julho de 2018.

MINISTRO LUIZ FUX

ANEXO

Montante	100%
Partidos	35
cota 2%	2%
cota 35%	35%
cota 48%	48%
cota 15%	15%

Partido	Bancada Senado	Bancada Câmara	Votação do Partido para a Câmara dos Deputados (considerando o partido nas eleições e não o partido em que o candidato estava em 28/08/2017)	Candidatos eleitos (considerando a totalização das eleições e não o partido em que o candidato estava em 28/08/2017)	Cota 2% - Partidos registrados no TSE	Votos dos partidos com pelo menos um representante na câmara dos deputados (com base nos eleitos)	Cota 35% - Votos câmara dos deputados	Cota 48% - Bancada Câmara dos deputados	Cota 15% - Bancada Senado	Total
PMDB	21	61	10.791.949	65	0,057142857143%	10.791.949	3.896.184119769%	5,707602339181%	3,987341772152%	13,648271088245%
PT	9	61	13.554.166	69	0,057142857143%	13.554.166	4.893.418818594%	5,707602339181%	1,70886075944%	12,36702474412%
PSDB	12	48	11.088.715	54	0,057142857143%	11.088.715	4.003324635026%	4,491228070175%	2,278481012658%	10,830176575002%
PP	6	44	6.429.791	38	0,057142857143%	6.429.791	2,321327647826%	4,116959064327%	1,139240506329%	7,634670075626%
PSB	6	37	6.267.878	34	0,057142857143%	6.267.878	2,262872095956%	3,461988304094%	1,139240506329%	6,92124435321%
PR	4	40	5.635.519	34	0,057142857143%	5.635.519	2,034524071178%	3,742690058480%	0,759493670886%	6,59390559686%
PSD	4	38	5.967.953	36	0,057142857143%	5.967.953	2,154591696655%	3,555555555556%	0,759493670886%	6,526783780240%
DEM	4	31	4.085.487	21	0,057142857143%	4.085.487	1,4746970792644%	2,900584795322%	0,759493670886%	5,192192116015%
PRB	1	22	4.424.824	21	0,057142857143%	4.424.824	1,597480584978%	2,058479532164%	0,189873417722%	3,902976392008%
PTB	2	19	3.914.193	25	0,057142857143%	3.914.193	1,431325047247%	1,777777777778%	0,379746835443%	3,627796517611%
PDT	2	20	3.528.346	20	0,057142857143%	3.528.346	1,273827892835%	1,871345029240%	0,379746835443%	3,582062614660%
SD	0	14	2.689.701	15	0,057142857143%	2.689.701	0,971054470618%	1,309941520468%	0,000000000000%	2,338138848228%
PTN (PODEMOS)	3	13	723.182	4	0,057142857143%	723.182	0,261088170830%	1,216374269006%	0,569620253185%	2,104225550143%
PSK	1	10	2.520.421	13	0,057142857143%	2.520.421	0,909939831419%	0,935617514620%	0,189873417722%	2,052629622904%
PCdoB	1	9	1.913.015	10	0,057142857143%	1.913.015	0,690649915403%	0,842105263158%	0,189873417722%	1,779771453425%
PPS	1	8	1.955.689	10	0,057142857143%	1.955.689	0,706056378232%	0,748538011696%	0,189873417722%	1,701610664792%
PV	0	7	2.004.464	8	0,057142857143%	2.004.464	0,723665466307%	0,654970760234%	0,000000000000%	1,435779083684%
PSOL	0	6	1.745.470	5	0,057142857143%	1.745.470	0,630161659913%	0,561403568772%	0,000000000000%	1,248708025827%
PROS	0	5	1.977.117	11	0,057142857143%	1.977.117	0,713792463097%	0,467836257310%	0,000000000000%	1,238715775500%
PHS	0	7	943.068	5	0,057142857143%	943.068	0,3404077936396%	0,654970760234%	0,000000000000%	1,052586553772%
PTsB (AVANTE)	0	4	812.497	1	0,057142857143%	812.497	0,293331390285%	0,374269058480%	0,000000000000%	0,74745153276%
REDE	1	4	-	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,374269058480%	0,189873417722%	0,621285280712%
PEN	0	3	667.983	2	0,057142857143%	667.983	0,24115984814%	0,280701754386%	0,000000000000%	0,579004457343%
PSL	0	2	808.710	1	0,057142857143%	808.710	0,291966081335%	0,187134502924%	0,000000000000%	0,536243441402%
PTC	1	0	338.117	2	0,057142857143%	338.117	0,122069339470%	0,000000000000%	0,189873417722%	0,369805614334%
PRP	0	0	724.825	3	0,057142857143%	724.825	0,261681338061%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,318824195204%
PSDC	0	0	509.936	2	0,057142857143%	509.936	0,184100624021%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,241243481163%
PMN	0	0	468.473	3	0,057142857143%	468.473	0,169131364792%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,226274221935%
PTB	0	0	454.190	1	0,057142857143%	454.190	0,16397481727%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,211117614422%
PSTU	0	0	188.473	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
PPL	0	0	141.254	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
PCB	0	0	66.979	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
PCO	0	0	12.969	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
PMB	0	0	-	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
NOVO	0	0	-	-	0,057142857143%	-	0,000000000000%	0,000000000000%	0,000000000000%	0,057142857143%
TOTAL	79	513	97.355.354	513	2,000000000000%	96.945.679	35,000000000000%	48,000000000000%	15,000000000000%	100,000000000000%

CORREGEDORIA ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Atos do Diretor-Geral

Portaria

Repúblicação de Portaria. GT. Acordo de Cooperação Técnica nº 22-2017 - TSE/PT

Portaria TSE nº 619 de 17 de julho de 2018.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído grupo de trabalho com objetivo de coordenar o estudo da viabilidade técnica dos requisitos para o cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 22/2017, firmado entre o Tribunal Superior Eleitoral - TSE e a Polícia Federal - PF.

Art. 2º Compete ao grupo de trabalho realizar estudo de viabilidade técnica e definir requisitos para a recepção da base de dados da PF e TSE, além do Webservices.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto pelos servidores do Tribunal Superior Eleitoral e da Polícia Federal a seguir

ANEXO B

Dotação Orçamentária da Distribuição do Fundo Partidário de 2018

Distribuição do Fundo Partidário 2018 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Data da última atualização: 15/01/2019

Dotação Orçamentária 2018

Partido	Jan			Fev			Mar			Abr			Mai			Jun			780.357.505,00		
	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU	Disponibilizado	Bloqueio PMS	GRU
PT	8.426.611,88	211.964,74	-	8.426.611,87	211.964,74	-	8.426.611,87	211.964,74	-	8.426.722,74	211.967,56	-	8.426.722,76	211.967,56	-	8.426.722,76	211.967,56	-	8.426.722,76	211.967,56	-
MDB	6.912.612,54	28.389,43	-	6.912.612,55	28.389,43	-	6.912.612,55	28.389,43	-	6.912.703,27	28.389,80	-	6.912.703,27	28.389,80	-	6.912.703,27	28.389,80	-	6.912.703,27	28.389,80	-
PCDB	7.119.745,15	-	-	7.119.745,15	-	-	7.119.745,15	-	-	7.129.410,39	-	-	7.129.410,39	-	-	7.129.410,39	-	-	7.129.410,39	-	-
DEM	2.485.372,27	-	-	2.485.372,27	-	-	2.485.372,27	-	-	2.485.406,86	-	-	2.485.406,86	-	-	2.485.406,86	-	-	2.485.406,86	-	-
PP	4.172.965,91	-	-	4.172.965,91	-	-	4.172.965,91	-	-	4.173.020,18	-	-	4.173.020,18	-	-	4.173.020,18	-	-	4.173.020,18	-	-
PSB	4.070.222,95	-	-	4.070.222,95	-	-	4.070.222,95	-	-	4.070.275,85	-	-	4.070.275,85	-	-	4.070.275,85	-	-	4.070.275,85	-	-
PTB	2.212.519,21	119.315,67	-	2.212.519,21	119.315,67	-	2.212.519,21	119.315,67	-	2.212.547,40	119.317,26	-	2.212.547,40	119.317,26	-	2.212.547,40	119.317,26	-	2.212.547,40	119.317,26	-
PR	2.454.731,36	121.945,28	-	2.454.731,36	121.945,28	-	2.454.731,36	121.945,28	-	2.454.762,78	121.946,90	-	2.454.762,78	121.946,90	-	2.454.762,78	121.946,90	-	2.454.762,78	121.946,90	-
PRB	1.668.955,38	-	-	1.668.955,38	-	-	1.668.955,38	-	-	1.669.002,95	-	-	1.669.002,95	-	-	1.669.002,95	-	-	1.669.002,95	-	-
PPS	724.075,43	-	-	724.075,43	-	-	724.075,43	-	-	724.149,52	-	-	724.149,52	-	-	724.149,52	-	-	724.149,52	-	-
PV	1.220.190,11	144.655,42	-	1.220.190,11	144.655,42	-	1.220.190,11	144.655,42	-	1.220.205,10	144.657,35	-	1.220.205,10	144.657,35	-	1.220.205,10	144.657,35	-	1.220.205,10	144.657,35	-
PC do B	1.186.328,26	-	-	1.186.328,26	-	-	1.186.328,26	-	-	1.186.342,81	-	-	1.186.342,81	-	-	1.186.342,81	-	-	1.186.342,81	-	-
PSL	1.654.858,83	37.391,61	-	1.654.858,83	37.391,61	-	1.654.858,83	37.391,61	-	1.654.879,60	37.391,11	-	1.654.879,60	37.391,11	-	1.654.879,60	37.391,11	-	1.654.879,60	37.391,11	-
PSDC	1.200.499,18	-	-	1.200.499,18	-	-	1.200.499,18	-	-	1.200.513,91	-	-	1.200.513,91	-	-	1.200.513,91	-	-	1.200.513,91	-	-
PMN	351.003,05	39.169,27	-	351.003,05	39.169,27	-	351.003,05	39.169,27	-	351.006,49	39.169,80	-	351.006,49	39.169,80	-	351.006,49	39.169,80	-	351.006,49	39.169,80	-
PMB	278.657,26	28.796,81	-	278.657,26	28.796,81	-	278.657,26	28.796,81	-	278.659,73	28.797,20	-	278.659,73	28.797,20	-	278.659,73	28.797,20	-	278.659,73	28.797,20	-
PMSC	691.329,71	-	-	691.329,71	-	-	691.329,71	-	-	691.337,67	-	-	691.337,67	-	-	691.337,67	-	-	691.337,67	-	-
PC	363.226,68	53.226,97	-	363.226,68	53.226,97	-	363.226,68	53.226,97	-	363.230,57	53.226,68	-	363.230,57	53.226,68	-	363.230,57	53.226,68	-	363.230,57	53.226,68	-
AVANTE	582.010,21	36.858,22	-	582.010,21	36.858,22	-	582.010,21	36.858,22	-	571.623,17	36.858,71	-	571.623,17	36.858,71	-	571.623,17	36.858,71	-	571.623,17	36.858,71	-
PRB	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-	2.900.739,25	-	-
PRP	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-	444.423,34	108.424,35	-
PSL	537.708,64	68.364,32	-	537.708,64	68.364,32	-	537.708,64	68.364,32	-	537.714,55	68.364,23	-	537.714,55	68.364,23	-	537.714,55	68.364,23	-	537.714,55	68.364,23	-
PRB	381.108,96	-	-	381.108,96	-	-	381.108,96	-	-	381.112,79	-	-	381.112,79	-	-	381.112,79	-	-	381.112,79	-	-
PTB	551.799,60	-	-	551.799,60	-	-	551.799,60	-	-	551.805,71	-	-	551.805,71	-	-	551.805,71	-	-	551.805,71	-	-
PTU	212.496,49	-	-	212.496,49	-	-	212.496,49	-	-	212.498,09	-	-	212.498,09	-	-	212.498,09	-	-	212.498,09	-	-
PCB	135.401,67	-	-	135.401,67	-	-	135.401,67	-	-	135.402,23	-	-	135.402,23	-	-	135.402,23	-	-	135.402,23	-	-
PCD	101.129,27	-	-	101.129,27	-	-	101.129,27	-	-	50.564,64	50.564,69	-	50.564,69	50.564,69	-	101.129,28	-	-	101.129,28	-	-
PSD	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-	3.879.953,94	-	-
PRB	182.533,36	-	-	182.533,36	-	-	182.533,36	-	-	182.534,35	-	-	182.534,35	-	-	182.534,35	-	-	182.534,35	-	-
PRB	516.772,71	-	-	516.772,71	-	-	516.772,71	-	-	516.778,35	-	-	516.778,35	-	-	516.778,35	-	-	516.778,35	-	-
PMN	1.152.963,91	157.464,58	-	1.152.963,91	157.464,58	-	1.152.963,91	157.464,58	-	1.152.978,01	157.466,68	-	1.152.978,01	157.466,68	-	1.152.978,01	157.466,68	-	1.152.978,01	157.466,68	-
PCD	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-	1.777.023,27	22.654,30	-
NOVO	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-
REDE	390.420,44	-	-	390.420,44	-	-	390.420,44	-	-	390.424,40	-	-	390.424,40	-	-	390.424,40	-	-	390.424,40	-	-
PMB	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-	92.899,70	-	-
Total	63.336.116,22	1.178.617,13	515.058,71	63.303.398,99	1.178.617,13	547.776,84	62.588.936,28	1.178.617,13	1.262.248,64	63.005.994,67	1.178.632,84	50.564,69	63.662.107,08	1.178.632,84	189.052,18	62.618.351,54	1.178.632,84	1.232.907,72			

Nota 1: Critério de Distribuição definido pela Lei nº 9.096/1995, alterada pela Lei nº 11.459/2007 e Lei nº 12.875/2018.

Nota 2: Relação de partidos políticos registrados no TSE conforme dados constantes do site do TSE Tribunal (<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>).

Nota 3: Os Blocos relativos ao Partido da Mulher Brasileira (PMB) foram efetuados para cumprimento da Ação Cautelar nº 0600002-53.2016.6.00.0000 (Protocolo PIE) até decisão final da Partição nº 572-25.2015.6.00.0000 (Protocolo Judiciário nº 21.987/2015).

Nota 4: Conforme consta da Acórdão (cópia SEI nº 0577356), do Processo de Prestação de Contas 2016-2012.00.0000 (Protocolo 8.025/2017), o PMS foi sancionado com suspensão do repasse de cotas do Fundo Partidário por 3 (três) meses, a ser cumprida em 6 (seis) meses. Foi determinado ainda que para execução do julgamento deverá ser considerado o diácronico relativo ao montante recebido no exercício de 2011, corrigido monetariamente nas novas cotas (SEI nº 0588400), o valor total do montante recebido pelo PMS, a título de Prestação no exercício de 2011, foi de R\$ 7.062.053,63 que, com base na média de 7 meses recebidos, cada cota ficaria no valor de R\$ 1.008.864,80 total de 7 cotas = R\$ 3.026.594,41. Valor a ser parcelado em 6 (seis) de R\$ 504.432,40, restando que as parcelas serão devidamente atualizadas nas respectivas datas de recolhimento da GRU. Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional. A primeira parcela foi recolhida em outubro/2017.

Nota 5: Conforme consta da Acórdão (cópia SEI nº 0480063), do Processo de Prestação de Contas 1300-71.2012.6.00.0000/DF, o PRB foi sancionado com suspensão do repasse de uma cota do Fundo Partidário, a ser cumprida integralmente em parcela única. Porém, de acordo com a decisão do Excelentíssimo Senhor Presidente do TSE, SEI nº 0557181, foi considerada a parcelamento da pena de suspensão de uma cota do Fundo Partidário em dez meses, devendo ser efetuado o desconto de 50% do valor em cada mês. Cabe ressaltar que foi providenciado o recolhimento de 50% do quociente de maio/2018, conforme Decisão CECF 0553840. Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional. Retificação com vista à devolução da valor total de R\$ 351.243,29 em cumprimento a decisão da Primeira Presidente (SEI 0948057).

Nota 6: Conforme consta da Acórdão (cópia SEI nº 0683288), do Processo de Prestação de Contas 1301-56.2012.6.00.0000/DF, o PMS foi sancionado com suspensão do repasse de uma cota do Fundo Partidário, a ser cumprida integralmente em parcela única. Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional. Dessa forma, o Partido não recebeu distribuição de dotação referente à competência de março/2018.

Nota 7: Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0796345), do Processo de Prestação de Contas 773-56.2011.6.00.0000/DF, o PDT foi sancionado às penas de suspensão de cota do Fundo Partidário por 2 (dois) meses, fracionada em 4 (quatro) vezes, sendo efetuado o desconto de 50% em cada mês. Informa-se que foi recolhida apenas uma parcela (junho/2018 - multa e diácronico), por interpretação equivocada quanto à aplicação do § 6º do art. 49 da Resolução nº 23.546/2017, quanto à suspensão do desconto no repasse de cotas durante o segundo semestre do ano eleitoral. Com isso, será realizada a suspensão relativa à segunda parcela (julho/2018 - multa e diácronico), bem como a terceira parcela (agosto/2018 - diácronico). Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional.

Nota 8: Conforme consta das Decisões (cópia SEI 0832465 e 0832644), dos Processos de Prestação de Contas 977-37.2010.6.00.0000/DF e 249-25.2012.6.00.0000/DF, o PT foi sancionado às penas de suspensão de cota do Fundo Partidário por 3 (três) e seis por 1 (um) mês, respectivamente. (trânsito em julgado - 0832499 e 0832680), parcelados em 60 meses condicionada a parcela não superior a 2% do valor da cota de dotação, o que admite um fator superior a 60 meses (Decisões 0825356 e 0826391). Após recalcular para considerar os valores relativos a soma das cotas dos três meses submetidos ao trâmite em julgado (19/3/2018), o valor da parcela passou a ser de R\$ 5.910.537,07 (089651) e 60 parcelas no valor de R\$ 143.548,17 (PC 249-25.2012).

Nota 9: Conforme consta da Acórdão (cópia SEI nº 0811561), do Processo de Prestação de Contas 259-49.2012.6.00.0000/DF, o PRB foi sancionado com suspensão do repasse de cota do Fundo Partidário por 1 (um) mês, a ser cumprida integralmente em parcela única (trânsito em julgado em 26/8/2018 - 0831563). Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional.

Nota 10: Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0897116), do Processo de Prestação de Contas 979-07.2010.6.00.0000/DF, o PSDB foi sancionado com o desconto, do valor a ser repassado a título de Fundo Partidário, da importância de R\$ 530.426,52 (Trânsito em julgado em 9/11/2015), devidamente atualizada (atualização Sistema TCU (0897145), parcelado em 4 meses.

Nota 11: (A) Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0875126), do Processo de Prestação de Contas 240-29.2011.6.00.0000/DF, o PCB foi sancionado às penas de suspensão de cota do Fundo Partidário por 2 (dois) meses, fracionada em 4 (quatro) vezes, sendo efetuado o desconto de 50% em cada mês. (B) Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0902531), do Processo de Prestação de Contas 881-85.2011.6.00.0000/DF, o PCB foi sancionado às penas de suspensão de 3 cotas do Fundo Partidário, considerando o trânsito em julgado em 19/8/2016, em tese seriam as cotas relativas ao agosto, setembro e outubro de 2016, cujo valor total atualizado é de R\$ 352.702,72. Assim, após decisão relativa ao Bm, haverá a suspensão do total de R\$ 58.125,25 mais o valor relativo às multas de outubro (R\$ 279.815,21), restará ainda a suspensão do total de R\$ 279.815,21. (C) Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0902330), do Processo de Prestação de Contas 257-02.2012.6.00.0000/DF, o PCB foi sancionado às penas de suspensão de 1 cota do Fundo Partidário, considerando o trânsito em julgado em 17/8/2016, em tese seria a cota relativa a agosto de 2016, cujo valor total atualizado é de R\$ 161.310,49.

Nota 12: Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0902041), do Processo de Prestação de Contas 38691-45.2009.6.00.0000/DF, o PTB foi sancionado às penas de suspensão de 2 cotas do Fundo Partidário, considerando o trânsito em julgado em 26/8/2016, em tese seriam as cotas relativas a agosto e setembro de 2016, cujo valor total atualizado é de R\$ 5.910.537,07 (planilha 0917665). Assim, com a suspensão do total da dotação R\$ 2.576.709,68, mais o valor relativo às multas de outubro (R\$ 280.109,27), restará ainda a suspensão do total de R\$ 3.062.184,42. Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional.

Nota 13 - (A) Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0915520), do Processo de Prestação de Contas 784-85.2011.6.00.0000/DF, o PPS foi sancionado às penas de suspensão de 1 cota do Fundo Partidário, cujo trânsito em julgado foi em 15/2/2017, (valor atualizado R\$ 1.412.189,62). Assim, haverá a suspensão do total de R\$ 1.249.149,52 (RETIDO NA DOTAÇÃO) mais o valor relativo às multas de outubro (R\$ 135.792,70), restará ainda a suspensão do total de R\$ 27.447,40. Nos termos do art. 49, § 3º, III, o TSE deverá receber esses valores ao Tesouro Nacional. (B) Conforme consta da Decisão (cópia SEI nº 0947304), do Processo de Prestação de Contas 242-96.2013.6.00.0000/DF, o PPS foi sancionado às penas de suspensão de 2 cotas do Fundo Partidário, cujo trânsito em julgado foi em 18/1/2018, relativo ao montante recebido pelo partido no exercício de 2012 (conforme Histórico de Pagamento - Doc. SEI 0947309 e atualizado monetariamente, consoante Demonstrativo de Débito - doc. SEI 0947310 e do total foi retido 2/12 conforme consta da decisão de fl. 49 (Vide decisão doc. SEI 0947304), assim, haverá a suspensão do total de R\$ 1.922.919,54, dividido em duas parcelas de R\$ 480.729,89, conforme planilha 0947313. Nos termos

ANEXO C

Fotos de urna das candidaturas

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)



Fábio Ramalho



Hercílio Diniz



Jéssica Sales



Juarez Costa



Lucio Mosquini

Partido dos Trabalhadores (PT)



Afonso Florence



Benedita da Silva



Beto Faro



Jorge Solla



Jose Airton



Josias Gomes



Leo de Brito



Leonardo Monteiro



Paulão



Paulo Guedes



Pelegrino



Valmir Assunção



Vicentinho



Waldenor Pereira



Ze Carlos

Partido Social Liberal (PSL)



Carlos Jordy



Chris Tonietto



Coronel Chrisóstomo



Del. Antônio Furtado



Delegado Pablo



Delegado Waldir



Helio Fernando



Julian Lemos



Léo Motta



Lourival Gomes



Luiz Lima



Major Vitor Hugo



Márcio Labre



Professor Joziel



Sargento Gurgel



Tio Trutis

APÊNDICE A

Tabelas detalhadas sobre os recursos utilizados para o financiamento de campanha das candidaturas

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

	FEFC*	FP	Próprio	Doação do partido*	Doação de candidatos	Doação de PF
Fábio Ramalho	1.500.956,69 +750,00 = 1.501.706,69 (71,28%)	0	38.000,00 (1,8%)	1.500.956,69 (71,26%)	6.600,00 (0,31%)	560.200,00 (26,6%)
Hercílio Diniz	0	0	1.982.000,00 (98,5%)	956,69 (0,05%)	27.179,37 (1,35%)	2.000,00 (0,1%)
Jessica Sales	2.000.000,00 +251.500 (93,46%)	0	0	2.000.000,00 (83,02%)	251.500,00 (10,44%)	157.700,00 (6,55%)
Juarez Costa	0	0	0	30.000,00 (7,48%)	110.788,00 (27,61%)	260.500,00 (64,92%)
Lucio Mosquini	1.500.000,00 (80,47%)	0	132.500,00 (7,11%)	1.500.000,00 (80,47%)	988,50 (0,05%)	230.600,00 (12,37%)

Fábio Ramalho R\$ 500,00 Financiamento Coletivo (0,02%)

Partido Social Liberal (PSL)

	FEFC	FP	Próprio	Doação de partidos	Doação de candidatos	Doação de PF
Antonio Furtado	0	0	34.060,00 (43.7%)	2.155,00 (2.76%)	12.680,30 (16.27%)	29.045,00 (37.27%)
Carlos Jordy	0	0	28.745,00 (48.6%)	1.965,00 (3.32%)	1.930,00 (3.26%)	21.765,08 (36.8%)
Chris Tonietto	73.333,33 (93,54%)	0	0	74.006,33 (94.4%)	665,00 (0.85%)	1.750,01 (2.23%)
Coronel Chrisóstomo	0	0	5.300,00 (10.54%)	0	45.000,00 (89.46%)	0
Delegado Pablo	0	0	24.000,00 (42.13%)	5.294,00 (9.29%)	3.855,15 (6.77%)	23.816,00 (41.81%)
Delegado Waldir	420.000,00 (84,76%)	0	39.426,15 (7.96%)	420.208,33 (84.8%)	0	35.400,00 (7.14%)
Helio Fernando	0	0	0	16.717,50 (21.24%)	49.500,00 (62.88%)	12.500,00 (15.88%)
Julian Lemos	70.000,00 (?)	0	0	361.938,00 (98.1%)	0	7.010,00 (1.9%)
Léo Motta	0	1100,00 (0,43%)	253.500,00 (99.54%)	1.175,00 (0.46%)	0	0
Lourival Gomes	0	0	201.791,49 (100%)	0	0	0
Luiz Lima	0	0	26,80 (0.01%)	6.835,00 (2.59%)	3.065,00 (1.16%)	251.109,99 (95.24%)
Major Vitor Hugo	0	0	36.655,63 (27.57%)	766,00 (0.58%)	288,00 (0.22%)	89.228,66 (67.12%)
Marcio Labre	0	0	9.200,00 (40.72%)	0	0	0
Professor Joziel	0	0	100,00 (0.27%)	5.474,30 (14.59%)	2.375,00 (6.33%)	29.575,00 (78.82%)
Sargento Gurgel	0	0	6.340,55 (12.56%)	982,50 (1.95%)	2.657,50 (5.26%)	40.500,00 (80.23%)
Tio Trutis	0	0	0	0	0	10.700,00 (88.61%)

Chris Tonietto R\$1.975,00 Financiamento Coletivo (2.52%)

Major Vitor Hugo R\$6.000,00 Financiamento Coletivo (4.51%)

Marcio Labre R\$13.395,00 Financiamento Coletivo **(59.28%)**

Carlos Jordy R\$4.745,00 Financiamento Coletivo (8.02%)

Tio Trutis R\$1.375,00 Financiamento Coletivo (11.39%)

Julian Lemos R\$2.625,00 Doação pela Internet (1%)

Partido dos Trabalhadores (PT)

	FEFC	FP	Próprio	Doação do partido	Doação de candidatos	Doação de PF
Afonso Florence	900.000,00	0	0	900.000,00 (83.55%)	28.943,55 (2.69%)	135.130,00 (12.55%)
Benedita da Silva	1.000.000,00 (95,31%)	0	18.500,00 (1.76%)	1.000.000,00 (95.31%)	20.638,68 (1.97%)	9.224,86 (0.88%)
Beto Faro	900.000,00	0	0	900.000,00 (97.5%)	0	23.100,00 (2.5%)
Jorge Solla	*793.604,00	35.000,00 (2,93%)	185.000,00 (15.5%)	*828.604,00 (69.43%)	20.626,21 (1.73%)	158.554,54 (13.29%)
Jose Airtton	900.000,00	0	119.915,72 (11.66%)	900.000,00 (87.51%)	0	8.510,15 (0.83%)
Josias Gomes	900.000,00	0	0	900.000,00 (95.3%)	40.460,00 (4.28%)	3.900,00 (0.41%)
Leo de Brito	900.000,00	0	20.000,00 (1.66%)	900.000,00 (74.6%)	0	286.395,00 (23.74%)
Leonardo Monteiro	787.048,31	0	0	787.048,31 (91.48%)	733,66 (0.09%)	71.700,00 (8.33%)
Paulão	1.000.000,00	0	0	1.000.000,00 (96.9%)	0	32.000,00 (3.1%)
Paulo Guedes	394.715,10	0	66.459,55 (7.67%)	394.715,10 (45.55%)	41.560,00 (4.8%)	360.555,00 (41.61%)
Pelegrino	900.000,00	13.000,00 (1,28%)	3.511,80 (0.35%)	913.000,00 (89.76%)	20.621,75 (2.03%)	80.000,00 (7.87%)
Valmir Assunção	900.000,00	0	0	900.000,00 (91.08%)	23.557,50 (2.38%)	50.750,00 (5.14%)
Vicentinho	900.000,00	0	6.915,59 (0.74%)	902.796,23 (95.96%)	8.205,85 (0.87%)	21.400,00 (2.27%)
Waldenor Pereira	900.000,00	0	700,00 (0.07%)	900.000,00 (94.87%)	20.884,18 (2.2%)	27.000,00 (2.85%)
Ze Carlos	885.120,00	0	20.000,00 (2.17%)	885.120,00 (96.2%)	0	14.000,00 (1.52%)

Benedita R\$870,00 Financiamento Coletivo (0.08%)

Vicentinho R\$1.510,00 Financiamento Coletivo (0.16%)

Valmir R\$13.855,00 Financiamento Coletivo (1.4%)

Leonardo R\$766,89 Financiamento Coletivo (0.09%)

Waldenor R\$92,00 Doação pela Internet (0.01%)

Jorge Solla R\$632,00 Financiamento Coletivo (0.05%)

Afonso R\$13.070,00 Financiamento Coletivo (1.21%)

Paulo Guedes R\$3.165,00 Financiamento Coletivo (0.37%)